

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

GABRIELA JUSTO

**CONTROLE SOCIAL DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS
GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DOS
FLUXOS DE CAIXA**

VITÓRIA
2017

GABRIELA JUSTO

**CONTROLE SOCIAL DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS
GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DOS
FLUXOS DE CAIXA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rosetti Júnior

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

J96c Justo, Gabriela, 1974-
Controle social das obrigações dos órgãos governamentais :
análise das demonstrações dos fluxos de caixa / Gabriela Justo.
– 2017.
87 f. : il.

Orientador: Hélio Rosetti Júnior.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Análise de balanço. 2. Contabilidade pública. 3.
Transparência na administração pública. I. Rosetti Júnior, Hélio.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

GABRIELA JUSTO

**CONTROLE SOCIAL DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS
GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS
DE CAIXA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 11 de outubro de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Helio Rosetti Junior
Instituto Federal do Espírito Santo
Orientador



Prof.ª Dr.ª Marilene Olivier Ferreira de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Bruno Teixeira Dantas
Universidade Federal do Espírito Santo

A minha mãe, Clarinda Maria Rodrigues Justo, pela vida e exemplo de dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade de ter sido aprovada no Programa de Mestrado em Gestão Pública Universidade Federal do Espírito Santo e pela Graça de estar concluindo este período de estudo.

Agradeço a minha mãe pelo modelo de dedicação e pelo esforço em fazer de mim a pessoa que sou.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Hélio Rosetti Júnior, pelas conversas, pelos ensinamentos, liberdade e confiança dados no presente estudo, além da amizade e compreensão em momentos difíceis.

Agradeço aos Professores Marilene Olivier Ferreira de Oliveira e Bruno Teixeira Dantas por aceitarem o convite para participar das bancas de qualificação e defesa, e pelas críticas, comentários e sugestões que contribuíram para enriquecer este trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Mestrado em Gestão Pública, pelas contribuições durante a realização do curso, que foram de grande valia para meu crescimento acadêmico e profissional.

Agradeço aos funcionários da secretaria do programa, pela excelência no atendimento sempre dados por eles.

Agradeço aos colegas do Mestrado, pelo companheirismo e incentivos que contribuíram para meu desempenho acadêmico e pessoal.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma participaram e contribuíram para essa conquista, ajudando-me a tornar-se uma pessoa melhor. A todos, meu muito obrigada.

“Se você pensa que pode ou sonha que pode,
comece. Ousadia tem genialidade, poder e mágica.
Ouse fazer e o poder lhe será dado.”

Johann Goethe

RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar os resultados de caixa dos Estados, da União e do Distrito Federal através das informações colhidas na publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa nos balanços anuais, entre 2012 e 2015 em consonância com processo de Convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A pesquisa contemplou duas etapas, sendo uma de caráter qualitativa e outra quantitativa. A abordagem qualitativa foi realizada por meio de pesquisa documental das Prestações de Contas Anuais de Governo publicadas em meio eletrônico nos portais de Transparência dos Estados, do Distrito Federal e da União. Na abordagem quantitativa, os valores encontrados foram trabalhados com base nas técnicas de estatística descritiva e análise das demonstrações contábeis, em especial análise da demonstração dos fluxos de caixa. Foi avaliado o nível de adesão dos entes às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público no tocante à publicação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) e constatado o baixo nível de adesão à publicação da DFC nos Estados das Regiões; Norte, Nordeste e Centro-oeste. Das entidades que fizeram suas publicações, foi analisada a capacidade de geração de fluxos de caixa com relação às obrigações de manutenção dos serviços e necessidade de investimentos. Os resultados mostram que a maioria está com dificuldade em gerar fluxos de caixa positivo nas atividades operacionais, suficiente para atender às atividades de investimentos, precisando recorrer a financiamentos para cobrir os *déficits*. Por fim, como produto técnico final, tem-se um relato da situação de geração de caixa dos Estados Federados, do Distrito Federal e da União que pode servir de base para novas investigações a fim de identificar as possíveis causas das dificuldades de geração de caixa encontrada.

Palavras chave: Transparência. Evidenciação. Demonstrações contábeis. Convergência. Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

ABSTRACT

The purpose of this study was to evaluate the cash results of the States, the Federal Government and the Federal District through the information collected in the publication of the Statement of Cash Flows in the annual balance sheets between 2012 and 2015 in line with the Convergence of Accounting Applied to the Sector Public. The study contemplated two stages, one of qualitative and the other quantitative. The qualitative approach was performed by means of documentary research of the Annual Government Accounts Payments published in electronic means in the Transparency portals of the States, the Federal District and Federal Government. The quantitative approach, the values found was worked on the basis of statistical techniques description and analysis of the financial statements, in particular the analysis of the statement of cash flows. The level of adherence of the entities to the Brazilian Accounting Standards applied to the Public Sector in relation to the publication of the Cash Flow Statements (CFS) was evaluated and the low level of adherence to the publication of the CFS in the States of the Regions, North, Northeast and Midwest. Of the entities that made their publications, the capacity to generate cash flows in relation to the maintenance obligations of the services and the need for investments was analyzed. The results show that most has difficulty to generate positive cash flows in operating activities sufficient to meet investment activities, needing to use financing to cover deficits. Finally, as the final technical product, we have an account of the cash generation situation of the Federal States, the Federal District and the Federal District, which can serve as a basis for further investigations to identify the possible causes of the cash generation difficulties encountered.

Keywords: Transparency. Disclosure. Accounting statements. Convergence. Accounting Applied to the Public Sector.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Carga Tributária por ente Federativo.....	37
Tabela 2 –	Demonstrativo da apresentação da DFC por ano.....	40
Tabela 3 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa da União.....	43
Tabela 4 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa Distrito Federal.....	44
Tabela 5 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Espírito Santo..	45
Tabela 6 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Rio de Janeiro..	47
Tabela 7 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de São Paulo.....	48
Tabela 8 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de Minas Gerais....	49
Tabela 9 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Paraná.....	51
Tabela 10 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de Santa Catarina.	53
Tabela 11 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Rio Grande do Sul.....	54
Tabela 12 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de Alagoas.....	56
Tabela 13 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Ceará.....	57
Tabela 14 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de Pernambuco....	59
Tabela 15 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Piauí.....	60
Tabela 16 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Mato Grosso do Sul	62
Tabela 17 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Amazonas.....	63
Tabela 18 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Pará.....	65
Tabela 19 –	Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de Rondônia.....	67
Tabela 20 –	Índice de cobertura de juros risco de solvência 2015.....	76
Tabela 21 –	Índice de cobertura de juros com caixa entre 2012 e 2015.....	77

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBCT	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NPM	<i>New Public Management</i>
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	16
2.2 CONTABILIDADE E A <i>ACCOUNTABILITY</i>	18
2.3 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)	19
2.4 A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.....	21
2.5 A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	24
2.6 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS.....	32
2.6.1 A análise horizontal	33
2.6.2 A análise vertical	33
2.6.3 A análise através de índices	34
3 METODOLOGIA	36
3.1 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA.....	37
3.2 COLETA DOS DADOS.....	38
3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
PRODUTO TÉCNICO: MAPA DO ÍNDICE DE SOLVÊNCIA	71
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública brasileira foi regulamentada nos anos 1960 pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 manteve-se por muitos anos sem grandes alterações. Nos anos 2000, foi sancionada a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas com vistas à responsabilização dos atos praticados pelos gestores e pela transparência na gestão.

Para atingir os objetivos de transparência, a LRF passou a exigir publicações periódicas de uma série de demonstrativos e, ainda, em seu artigo 50, a escrituração de disponibilidades de caixa, despesas e receitas, consolidação das demonstrações contábeis, sistemas de custos, entre outros.

Em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade editou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as quais visam mudar o enfoque de controle orçamentário dado pela Lei nº 4.320/1964 para o enfoque patrimonial, que é o objeto de estudo da Ciência Contábil.

A mudança decorre de um processo de convergência das normas contábeis do país às normas internacionais diante da necessidade de comparabilidade entre as instituições, uma vez que a dificuldade de comparar as informações financeiras entre as entidades supranacionais gerava entrave para suas relações comerciais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O setor público, embora tenha suas particularidades em relação ao setor privado, está inserido no contexto, uma vez que os fluxos de capitais para financiamento de políticas públicas expandem a necessidade de *accountability*, na medida em que o dever de prestar contas. Além disso, a transparência relacionada às políticas fiscais, financeiras e macroeconômicas não fica restrita às fronteiras do país e, por tais motivos, deve também ser compreensível, interpretável e analisável por organismos estrangeiros ou supranacionais.

Com base no artigo 50 da LRF, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 184 em 25 de agosto de 2008, que estabeleceu as diretrizes a serem observadas nos procedimentos, nas práticas, na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis do setor público, convergentes com as NBCASP, e estabeleceu a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) como órgão central desse processo.

Em novembro de 2008, a publicações das primeiras NBCASP trouxeram a inovação de serem os primeiros instrumentos normativos de contabilidade pública elaborados por um órgão de classe contábil (XAVIER JÚNIOR, 2011).

Das discussões e deliberações de grupos técnicos, criados pela STN, foi elaborada a primeira versão do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que contempla o Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), as Demonstrações Contábeis (DCASP) e Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos, relacionados às práticas contábeis. Entre 2009 e 2014, outras seis edições foram lançadas, na primeira edição foi estabelecida uma agenda com prazos para até 2012 os estados divulgarem as informações em conformidade com as NBCASP, pouco antes da data final estipulada, em 21 de setembro de 2012, a STN publicou a Portaria nº 753 adiando os prazos para a publicação dos novos Demonstrativos Contábeis para até o término do exercício de 2014 e, novamente, em 2013, a Portaria STN nº 634 prorrogou a obrigatoriedade para 2015.

A adoção dos novos padrões visam, assim, levar a contabilidade a evidenciar da forma mais apropriada as variações ocorridas no patrimônio público, fortalecer a credibilidade das informações e facilitar o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira e do desempenho dos entes públicos.

As Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público tornaram obrigatória a publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) a partir de 2012, por considerar um importante canal de *accountability* dos gestores quanto à destinação dos recursos públicos.

Dessa forma, apesar das mudanças introduzidas pela NBCASP, mesmo diante da relevância das informações contidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa, da União, dos Estados e do Distrito Federal, uma vez que esses entes são responsáveis por cerca de noventa por cento dos por cento da arrecadação tributária brasileira, não foi ainda realizado um estudo no sentido de verificar se os entes cumpriram obrigatoriedade da publicação da DFC nos seus respectivos balanços anuais publicados, em relação aos publicados, que poderia contribuir para a *accountability* dos gestores através do controle social.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Considerando o contexto e o problema anunciados, foi necessário elaborar os objetivos da pesquisa, sendo o objetivo geral deste trabalho **contribuir para o controle social das obrigações dos órgãos governamentais no tocante à transparência das informações quanto às finanças públicas, através da análise dos Demonstrativos de Fluxos de Caixa da União, Distrito Federal e Estados dos anos de 2012 a 2015.**

Com esse fim, estabeleceram-se também os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar se os entes cumpriram, no período pesquisado, a obrigatoriedade da publicação da DFC;
- Analisar o comportamento da evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa dos entes da Federação brasileira, entre 2012 e 2015;
- Construir um mapa ilustrativos das principais informações encontradas pela análise financeiras das Demonstrações dos Fluxos de Caixa publicadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A contabilidade aplicada ao setor público destina-se a fornecer informações sobre o patrimônio das entidades públicas. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que “estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal” (BRASIL, 1964), e a Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que traz normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal e aperfeiçoa os requisitos de transparência e prestação de contas no setor público, eram, até 2008, as normas que norteavam a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em virtude do enfoque orçamentário dado pela Lei 4.320/1964 e da necessidade de atendimento da obrigação legal, a contabilidade aplicada ao setor público ignorou controles patrimoniais, que são o objeto da Ciência Contábil.

Entretanto, com a necessidade de atender às novas demandas geradas pelo processo de globalização da economia, as informações geradas pela contabilidade passaram a ter novas características que permitiam a comparabilidade entre entidades transnacionais.

Considerando esses aspectos a análise pretendida por gerar resultados significativos para o controle social, relevante em qualquer Estado Democrático de Direito, uma vez que os recursos oriundos da sociedade devem ser utilizados da melhor forma possível, gerando retornos aos seus cidadãos.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, conforme descrito a seguir:

O primeiro é o introdutório e apresenta um panorama geral do tema, além do problema de pesquisa e dos objetivos pretendidos.

O segundo capítulo destina-se à fundamentação teórica que serviu de suporte para o estudo. Os assuntos abordados foram a transparência pública, a contabilidade, a *accountability*, a contabilidade aplicada ao setor público, o processo de convergência das normas contábeis às normas internacionais de contabilidade e a demonstração dos fluxos de caixa.

No terceiro capítulo tem-se a descrição dos procedimentos metodológicos empregados para obtenção dos dados.

A apresentação e análise dos dados pode ser vista no capítulo 4.

Por fim, no quinto capítulo estão as considerações finais, conclusões, limitações da pesquisa e sugestões de futuras investigações sobre o tema abordado.

Na última parte, como contribuição específica do mestrado profissional, tem-se o produto técnico, ou seja, o mapa do índice de solvência dos entes federativos com base nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa publicadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte, serão explicados os cinco conceitos que serviram de embasamento teórico para a realização desta pesquisa: a transparência pública; a contabilidade e a *accountability*; a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP); a Demonstração dos Fluxos de Caixa; e a Análise das Demonstrações Contábeis.

2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração Pública, em qualquer poder ou esfera, deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo que a publicidade, segundo Meirelles (2010), é obtida através de toda a divulgação oficial dos atos da Administração para o conhecimento público e o efetivo efeito.

Nos últimos anos, tem ocorrido um movimento de abertura das administrações públicas aos cidadãos denominado transparência administrativa. Esse processo é impulsionado pelas exigências legais de incrementar a democracia e legitimar a Administração Pública, segundo Cerrilo y Martínéz (1998).

Como se pode deduzir, a publicidade é fundamental para que seja possível a transparência, sendo extremamente importante que os atos dos gestores sejam divulgados de forma compreensível ao cidadão, proporcionando à sociedade o controle dos atos dos governantes, o que nem sempre ocorre.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 48, assevera que a transparência será assegurada, também, mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público (CFC, 2003).

Para Mileski (2002, p. 27) a transparência fiscal

[...] se apresenta como um mecanismo democrático que busca o fortalecimento da cidadania, servindo de pressuposto ao controle social e forma de valorar e tornar mais eficiente o sistema de controle das contas públicas, na medida em que enfatiza a obrigatoriedade de informação ao cidadão sobre a estrutura e funções de governo, a política fiscal adotada, a orientação para elaboração e execução dos planos de governo, a situação das contas públicas e as respectivas contas.

O autor considera que o sentido da transparência é promover a participação popular nos atos de governo, democratizando a gestão fiscal, a fim de que o cidadão, tendo conhecimento da ação governamental, possa contribuir para o seu aprimoramento e exercer um controle sobre os atos de governo, agindo em colaboração ao sistema oficial de controle da atividade financeira do Estado.

Com a Lei Federal nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação (LAI) –, de 18 de novembro de 2011, a transparência ganhou mais reforço. Essa norma obriga o poder público a disponibilizar informações de interesse da coletividade ou individual, em especial sobre a administração dos recursos públicos, de forma a viabilizar a participação também da sociedade no controle da gestão governamental.

A LAI entrou em vigor no mês de maio de 2012, obrigando entidades e órgãos públicos a disponibilizar à sociedade informações que, embora produzidas e mantidas pela Administração Pública, não eram divulgadas por obrigação do princípio constitucional da publicidade e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além de regulamentar a obrigatoriedade de dar publicidade aos informes, a LAI também disciplina a forma pela qual esses devem ser colocados à disposição da sociedade.

Dessa forma, preconiza que o acesso à informação é a regra, e o sigilo, a exceção, cabendo à Administração Pública atender às demandas solicitadas pela sociedade. A LAI organiza a divulgação das informações de duas formas: a transparência ativa, em que a administração de forma espontânea publica as informações, e a passiva, quando as informações são requeridas pelo cidadão.

2.2 A CONTABILIDADE E A ACCOUNTABILITY

A Ciência Contábil objetiva demonstrar as mutações patrimoniais das entidades, visando auxiliar seus usuários no processo de tomada de decisão, para tanto, a qualidade da informação contábil deve ser assegurada.

Segundo Petri (1987) a função da contabilidade é retratar a essência econômica dos fatos contábeis com o objetivo de bem informar a sociedade, baseada nos seus postulados, princípios e suas convenções, antecipando e ratificando o princípio da essência sobre a forma.

Complementando o conceito, pode-se dizer que "o objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança" (IUDÍCIBUS, 1997, p. 28).

Além desses aspectos, tem-se ainda a questão da finalidade, que segundo Locqk e Pigaué (2005) consiste em aumentar a qualidade e a transparência das demonstrações contábeis do setor público, para propiciar uma melhor *accountability*, uma vez que é a obrigação dos governantes prestarem contas aos cidadãos e demais interessados de seus atos e dos recursos utilizados para a execução dos planos de governo. Entretanto, o conceito de *accountability* não deve ser analisado apenas na dimensão legal, mas na política visando alcançar credibilidade junto à sociedade das ações governamentais.

Nesse sentido é importante destacar que a contadoria governamental tem a obrigação de realizar a *accountability* para comprovar que seus atos foram conduzidos de acordo com as regras e os padrões estabelecidos pela lei. E esta prestação de contas deve ser publicada e tornada transparente à sociedade. Logo, a implementação da prestação de contas é imprescindível para o exercício da cidadania, através da participação efetiva da sociedade no processo político.

Sob o aspecto técnico a *accountability* pode ser abordada de maneira horizontal, vertical e societal.

A *accountability* vertical pode ser descrita pela realização de eleições livres e justas, ocasião em que os cidadãos podem punir ou premiar o mandatário nas eleições seguintes. A horizontal caracteriza-se pela atuação de agências estatais de controle que têm a missão de supervisionar e, se for o caso, punir ações de outras agências. Na *accountability* societal, o controle das ações políticas é feito pela sociedade por meio de associações de cidadãos de movimentos que visam expor os erros governamentais e ativar o funcionamento das agências horizontais. (O`DONNELL, 1998).

2.3 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)

Em 1890, o ministro da Fazenda Ruy Barbosa afirmou que “o desequilíbrio entre a receita e a despesa é a enfermidade crônica de nossa existência nacional” (FEIJÓ, 2013, p 27). Muitos anos se passaram e a história revela que a sociedade brasileira viveu várias crises econômicas, buscando ao longo de todo esse tempo, medidas para alcançar esse equilíbrio.

Em 1931, como efeito da crise econômica mundial, o governo brasileiro não tinha como saldar os compromissos com credores internacionais, necessitando reestruturar a dívida. Para tanto, foi necessária uma auditoria para levantar o montante da dívida, pois o governo não tinha contabilidade e registros regulares desse montante, tampouco um sistema de gestão que propiciasse o controle da dívida (FEIJÓ, 2013).

Em 1960, em outro cenário de crise, surgiu a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com o objetivo de sistematizar as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos, da gestão de caixa e dos balanços anuais da União, Estados e Municípios. Em seu capítulo IV, a Lei nº 4.320/1964 estabelece o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais como demonstrativos a serem elaborados, ao final de cada exercício. (FEIJÓ, 2013).

Em relação à esse instituto legal, afirma Mota (2009), que passou a caber à Contabilidade Pública enquanto ramo da Ciência Contábil aplicar na Administração

Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, com vistas a apurar resultados e elaborar relatórios periódicos.

Por meio dos seus princípios e de suas normas, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público propicia controle dos atos e fatos de gestão dos órgãos e entidades da administração pública. Segundo Silva (2005, p. 11), a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é “um sistema integrador dos registros orçamentários, econômicos, financeiros e patrimoniais”.

Na década de 1980, após a segunda crise do petróleo e a crise financeira do mercado internacional, os juros externos tornaram-se excessivamente altos, ao mesmo tempo em que os fluxos de capitais do exterior deixaram de fluir para o Brasil. Naquele momento, o país adotava um modelo de alavancagem de crescimento baseado em endividamento externo e a contabilidade era meramente formal, isto é, atendia a lei, mas não disponibilizava informações úteis para tomada de decisão (FEIJÓ, 2013).

Nos anos 1980 e 1990, foram tomadas medidas para o reordenamento das finanças públicas, visando a adoção de mecanismos de registro e levantamento de dados que permitissem sua gestão. Um importante marco na organização das finanças públicas no Brasil foi a criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 10 de março de 1986, para auxiliar o Ministério da Fazenda na execução de um orçamento unificado a partir do exercício seguinte. A STN identificou a necessidade do desenvolvimento e da implantação de um sistema informatizado, que integrasse os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo e que pudesse fornecer informações gerenciais, confiáveis e precisas para todos os níveis da Administração (FEIJÓ, 2013). Assim, em janeiro de 1987, foi implementado o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Outro normativo importante é a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que traz normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal e aperfeiçoa os requisitos de transparência e prestação de contas no setor público. Ela estabeleceu importantes regras para o controle das contas públicas, tais como: imposição de tetos para as despesas de

pessoal e remete ao Senado Federal a definição de limites de dívidas, garantias e operações de crédito.

2.4 A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE ÀS NORMAS INTERNACIONAIS

Com o objetivo de viabilizar a globalização de investimentos, instituições internacionais buscaram instituir normas contábeis que pudessem ser utilizadas pelas sociedades em nível internacional, a fim de possibilitar que companhias localizadas em diversos países fossem capazes de gerar demonstrações contábeis com critérios semelhantes, que permitissem a comparação entre as demonstrações para fins de tomada de decisão pelos investidores e financiadores.

Em 1973, dez países da Europa e do Oceano Pacífico (Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido) criaram o *International Accounting Standards Committee* (IASC) igualmente para formular e publicar, de forma totalmente independente, um novo padrão de normas contábeis internacionais universalmente aceito. Em abril de 2001, foi fundado o *International Accounting Standards Board* (IASB), que assumiu as responsabilidades do IASC (FEIJÓ, 2013).

Nos últimos anos, o IASB consolidou sua hegemonia e, por conseguinte, vários países do mundo estão convergindo para seus padrões de contabilidade, como, a título de exemplo, o Brasil, o México e os que integram a União Europeia. Cabe mencionar que os primeiros pronunciamentos contábeis emitidos pelo antigo IASC foram chamados de *International Accounting Standards* (IAS). A nomenclatura vigente dos novos pronunciamentos publicados, após a criação do IASB, passou a atender pelo nome de *International Financial Reporting Standards* (IFRS) (FEIJÓ, 2013).

Em 7 de outubro de 1977, no 11º Congresso Mundial de Contadores, realizado em Munique, na Alemanha, foi criada a *International Federation of Accountants* (IFAC), com a finalidade de fortalecer a profissão contábil em todo o mundo, bem como desenvolver normas internacionais de alta qualidade em auditoria e contabilidade

pública. O IASB está para o setor privado assim como a IFAC está para o setor público. As *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) são conjuntos de normas emitidas pela IFAC para uso pelas entidades do setor público no mundo na preparação das demonstrações financeiras, em consonância com os padrões das IFRS (FEIJÓ, 2013).

O sistema contábil brasileiro está inserido no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, seja no setor privado, sob a influência das IFRS, seja no setor público, sob a influência das IPSAS. Ribeiro e Bizerra (2011) destacam que essas mudanças seguem uma tendência de convergência mundial que tem como uma de suas raízes o irreversível processo de globalização, com a crescente expansão das atividades entre os mercados dos países.

Em 2008, o Brasil decidiu pela adoção do padrão internacional, primeiramente, no setor privado, com as alterações da Lei das Sociedades por Ações. Em 2007, foi criado, mediante a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.103, de 28 de setembro de 2007, o Comitê Gestor de Convergência para identificar e monitorar as ações a serem implantadas no sentido de alinhar as normas contábeis brasileiras ao padrão internacional (CFC, 2007a).

O governo brasileiro, por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, incumbiu a Secretaria do Tesouro Nacional da responsabilidade de promover a busca pela convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação aplicável e vigente no país (BRASIL, 2008).

Em novembro de 2008, o CFC publicou as dez Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBCT 16.1 a NBCT 16.10. A NBCT 16.1 estabelece que todas as informações (orçamentárias, econômicas, financeiras e físicas do patrimônio) dos entes públicos devem ser evidenciadas, a fim de subsidiar a tomada de decisões, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social. As demonstrações contábeis têm por objetivo evidenciar todas as informações acerca do patrimônio de determinada entidade (CFC, 2012).

A NBCT 16.5 estabelece que todas as transações patrimoniais devem ser registradas, considerando o princípio da essência sobre a forma, e mensuradas por critérios que possibilitem o reconhecimento das perdas ou ganhos patrimoniais.

Em 7 de outubro de 2009, o Governo Federal editou o Decreto nº 6.976, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. O Decreto coloca a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda integrada ao sistema de contabilidade, como órgão central. Em decorrência desse regulamento, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que estabeleceu o novo plano de contas a ser aplicado por todos os órgãos da administração pública brasileira (exceto empresas estatais independentes), incorporando também o aperfeiçoamento dos atuais demonstrativos contábeis, previstos na Lei Federal nº 4.320/1964, e inserindo outros, tais como: a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido (FEIJÓ, 2013).

O processo de convergência das normas contábeis públicas ao padrão internacional consiste em uma mudança significativa com longo processo de implementa o, tendo em vista que, para os países referência em contabilidade pública, Nova Zelândia, Canadá e Inglaterra, foram necessários mais de dez anos para consolidar as novas regras (FEIJÓ, 2013).

Assim, a implanta o da nova contabilidade do setor público   um processo que envolve uma quebra de paradigmas e de costumes enraizados na Administra o Pública e, em face dessa dificuldade, cabe promover a conscientiza o dos profissionais e dos gestores.

2.5 A DEMONSTRA O DOS FLUXOS DE CAIXA

Independente da atividade desenvolvida as entidades precisam de caixa para efetuar suas opera es e atender suas obriga es. Dessa forma, a Demonstr o dos Fluxos de Caixa (DFC) passa a ser uma importante ferramenta para a análise e gestão financeira, pois permite que a entidade tenha controle sobre as entradas e saídas de caixa e equivalentes, ou seja, possibilita que importantes decisões sejam

tomadas no momento exato em que se tornem necessárias. Além disso, a DFC também serve de instrumento para avaliação da liquidez da organização, podendo ser utilizada por usuários externos, como bancos, credores e sociedade, a fim de conhecer a capacidade e garantia de pagamento das dívidas nas datas de vencimento.

Segundo Ching, Marques e Prado (2003), mesmo os indivíduos que possuam um conhecimento precário ou até pouca experiência no campo da contabilidade podem facilmente compreender a DFC quando é elaborada pelo método direto, uma vez que as entradas e saídas são esboçadas de maneira simples e direta.

A denominação Demonstração dos Fluxos de Caixa, no plural, vem da divisão na sua estrutura, pois são três fluxos: fluxos das operações, fluxos dos financiamentos e fluxos dos investimentos. (MARION, 2009).

O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma entidade em determinado período e, com isso, ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa (IUDÍCIBUS ET AL., 2010).

Por meio da DFC é possível identificar o excedente de recursos de uma entidade em determinado período, indicando a origem do valor que entrou no caixa, a sua aplicação e, ainda, o resultado do fluxo financeiro. A DFC substituiu a Demonstração de Origens e Aplicação dos Recursos e a sua obrigatoriedade entrou em vigor a partir de 2008 com a aprovação da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Posteriormente, foi disciplinada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da divulgação do CPC nº 03, de setembro de 2010, pela Deliberação da (CVM) nº 547 13 de agosto de 2008, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.125 de 26 de agosto de 2008, e pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

O CPC nº 03/2010 tem por objetivo demonstrar todas as informações ocorridas na movimentação do caixa e equivalentes de caixa relacionados à entidade por meio da apresentação da DFC, a qual passou a ser exigida para as companhias de capital aberto e fechado, estendendo-se para as companhias de grande porte.

Conforme Silva (2005, p. 493), “a análise do fluxo de caixa deve-nos possibilitar a identificação dos fatores que afetaram a vida financeira da empresa no período”. Segundo o autor, ela pode ser feita em três etapas: na parte operacional, no que tange aos recebimentos de clientes e pagamentos aos fornecedores; na parte estratégica, possibilita conhecer, por exemplo, a quantidade de recursos que estão comprometidos com immobilizações; e na parte tática, permite verificar quanto a empresa pagou de juros e qual a razão desses desembolsos.

Conceitualmente, segundo Assaf Neto e Silva (1997, p. 38), fluxo de caixa “é um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas várias atividades desenvolvidas”. É onde a empresa divide seus processos por atividades como operacionais, investimento e financiamento.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa objetiva contribuir com a transparência da gestão pública, permitindo que os usuários da contabilidade projetem cenários de fluxos futuros de caixa e elaborem análises sobre possíveis alterações na capacidade financeira dos entes públicos.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público através da NBCT 16.6 acrescentam a elaboração das Demonstrações dos Fluxos de Caixa ao rol de demonstrativos elencados na Lei nº 4.320/1964 e estabelece que, a partir de 2012, elas deveriam ser publicadas nas prestações de contas anuais dos governos federal, estadual e municipal e, ainda, do Distrito Federal.

Quanto à divulgação da DFC, a NBCT 16.6 estabelece como formas: a publicação em imprensa oficial (Diário Oficial), o encaminhamento aos órgãos de controle, aos conselhos e às associações, bem como a ampla disponibilização ao público (internet, jornais, revistas, no próprio ente etc.).

A sexta edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP), capítulo 6, das Demonstrações Contábeis, estipula que a DFC deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos fluxos operacionais, de investimentos e de financiamento, de acordo com as atividades da entidade (BRASIL, 2014).

Conforme o MPCASP (BRASIL, 2014), a Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por cinco quadros:

- Quadro principal (Quadro 1);
- Quadro de receitas derivadas e originárias (Quadro 2);
- Quadro de transferências recebidas e concedidas (Quadro 3);
- Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função (Quadro 4); e
- Quadro de juros e encargos da dívida (Quadro 5).

Quadro 1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto

(continua)

<ENTE DA FEDERAÇÃO> DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercício: 20XX			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos			
Receitas derivadas e originárias			
Transferências correntes recebidas			
Outros ingressos operacionais			
Desembolsos			
Pessoal e demais despesas			
Juros e encargos da dívida			
Transferências concedidas			
Outros desembolsos operacionais			
Pessoal e demais despesas			

Quadro 1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto

(conclusão)

<ENTE DA FEDERAÇÃO> DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercício: 20XX			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e encargos da dívida			
Transferências concedidas			
Outros desembolsos operacionais			
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos			
Alienação de bens			
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos			
Outros ingressos de investimentos			
Desembolsos			
Aquisição de ativo não circulante			
Concessão de empréstimos e financiamentos			
Outros desembolsos de investimentos			
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos			
Operações de crédito			
Integralização do capital social de empresas dependentes			
Transferências de capital recebidas			
Outros ingressos de financiamentos			
Desembolsos			
Amortização /Refinanciamento da dívida			
Outros desembolsos de financiamentos			
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)			
Caixa e Equivalentes de caixa inicial			
Caixa e Equivalente de caixa final			

Fonte: Brasil (2014).

No quadro principal (Quadro 1), são consolidados os ingressos e desembolsos das atividades operacionais, resultando no fluxo líquido das atividades operacionais. Da mesma forma, é consolidado o fluxo das atividades de investimentos e de

financiamentos. Ao final, somam-se os resultados das três atividades - operacional, investimentos e financiamentos-, para chegar ao resultado de caixa e equivalente de caixa da entidade.

A seguir, há uma breve explicação de alguns itens do Quadro 1.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos das operações compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas, e os desembolsos das operações compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Os fluxos de caixa das atividades operacionais decorrem das principais atividades geradoras de receita da entidade e o montante dos fluxos de caixa das atividades operacionais possibilita verificar se as operações da entidade têm gerado fluxos de caixa suficientes para pagamento das dívidas e fazer investimentos, sem precisar recorrer a fontes externas de financiamento.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos de investimento compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, e os desembolsos de investimento compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos. Ativos não circulantes são os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível (exemplo: *software*).

O fluxo de caixa das atividades de investimentos examina quanto a entidade aplica em despesas de capital, tais como aquisição de novos equipamentos ou qualquer outro ativo necessário para manter as atividades da entidade, bem como os investimentos feitos em outras atividades com vistas a gerar benefícios futuros.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento: os ingressos de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos de

financiamento compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida. Este fluxo tende a crescer quando os ingressos de recursos das atividades operacionais não são capazes de gerar um fluxo financeiro suficiente para atender os desembolsos necessários à manutenção da entidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa: compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, ainda, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

A seguir tem-se o Quadro 2 e alguns esclarecimentos a seu respeito.

Quadro 2 – Quadro de receitas derivadas e originárias

<ENTE DA FEDERAÇÃO> QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
		Exercício: 20XX
	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Patrimonial		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Total das Receitas Derivadas e Originárias		

Fonte: Brasil (2014).

As **receitas derivadas** compreendem as receitas obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorrem de imposição constitucional ou legal e, por isso, são auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as de contribuições especiais.

As **receitas originárias** compreendem as receitas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

Dando continuidade aos elementos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, tem-se o Quadro 3.

Quadro 3 – Quadro de transferências recebidas e concedidas

<ENTE DA FEDERAÇÃO> QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
		Exercício: 20XX
	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União		
de Estados e Distrito Federal		
de Municípios		
Intragovernamentais		
Outras transferências recebidas		
Total das Transferências Recebidas		
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
a União		
a Estados e Distrito Federal		
a Municípios		
Intragovernamentais		
Outras transferências concedidas		
Total das Transferências Concedidas		

Fonte: Brasil (2014).

As **transferências intergovernamentais** compreendem as transferências de recursos entre entes da Federação distintos.

As **transferências intragovernamentais** compreendem as transferências de recursos no âmbito de um mesmo ente da Federação.

O Quadro 4, apresentado a seguir, trata dos desembolsos de pessoal e outras despesas da mesma natureza.

Quadro 4 – Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função

<ENTE DA FEDERAÇÃO>		
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
		Exercício: 20XX
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa		
Judiciária		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		

Fonte: Brasil (2014).

O quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função (Quadro 4) compreende as despesas com pessoal e demais despesas de manutenção das funções de governo.

Por último, é apresentado e descrito o Quadro 5, que contempla os juros e encargos da dívida.

Quadro 5 – Quadro de juros e encargos da dívida

<ENTE DA FEDERAÇÃO> QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
		Exercício: 20XX
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Total dos Juros e Encargos da Dívida		

Fonte: Brasil (2014).

O quadro de juros e encargos da dívida compreende os gastos com juros, correção monetária e demais encargos da dívida pública.

2.6 ANÁLISE FINANCEIRA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Análise das Demonstrações Contábeis é uma ferramenta utilizada, principalmente, para identificar a situação financeira de uma empresa através de informações contidas em suas demonstrações.

A partir dessa análise qualquer grupo de usuários que tiver interesse por informações e desempenho da entidade pode visualizar a situação e possíveis rumos que a mesma pode vir a seguir, verificando, dessa forma, os impactos já causados e melhorando determinados processos, se houver necessidade.

Segundo Marion (2012) o surgimento dos Bancos Governamentais e a abertura de capital por parte das empresas contribuiu para o desenvolvimento e a importância da Análise das Demonstrações Contábeis. Essas instituições financeiras tinham grande interesse em obter informações sobre a situação econômica e financeira das empresas tomadoras de financiamentos, e com a abertura de capital era primordial o uso da análise para a escolha das empresas mais bem-sucedidas em que investir.

Marion (2012) indica ainda que as demonstrações contábeis e financeiras podem ser interpretadas por meio de indicadores financeiros e econômicos; de análise horizontal e vertical; de análise da taxa de retorno sobre investimentos (margem de lucro x giro do ativo); e dos fluxos de caixa e das demonstrações de valor adicionado.

2.6.1 A Análise Horizontal

A Análise Horizontal dedica-se a elucidar como está ocorrendo a evolução de cada item ou conjunto de itens constantes das demonstrações no decorrer dos tempos. É chamada de horizontal por duas razões:

- Por estabelecer o primeiro ano ou o ano-base para a análise, a partir do qual se verifica qual foi a evolução nos anos seguintes;
- Por preocupar-se com o crescimento ou decréscimo de itens ou conjunto de itens específicos, ou seja, não compara um item com outro no mesmo período e sim o mesmo item a cada período. É, portanto, fundamental para o estudo de tendências.

O estudo fez a análise horizontal dos entes que publicaram a DFC em dois anos consecutivos.

2.6.2 A Análise Vertical

A ideia dessa análise consiste em estabelecer um item como base e a partir de então verificar quanto cada um dos demais itens representa em relação àquele escolhido como base, ou seja, é a porcentagem da parte com relação ao todo no mesmo período, considerando o todo igual a cem.

Uma das grandes utilidades da Análise Vertical concentra-se na verificação da estrutura de composição dos itens das demonstrações.

O estudo fez a análise vertical da relação entre os Ingressos de caixa das atividades das Operações e os dispêndios com juros e encargos da dívida pertencente ao fluxo das atividades operacionais e os desembolsos com o refinanciamento da dívida.

2.6.3 A Análise Através de Índices

Os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas e justificam-se, quando se deseja analisar a situação econômico-financeira de uma entidade, pelo fato de que a observação e apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa do que a apreciação de todos os itens contidos nas demonstrações.

Para Matarazzo (1997), índice é a relação entre um grupo de contas das demonstrações financeiras que busca informar sobre a situação econômica e financeira da empresa. O índice é a técnica de análise mais empregada e fornece ampla visão da situação econômica ou financeira da empresa.

De acordo com Gitman (2010) a análise de índices envolve métodos, cálculos e interpretações de índices financeiros para compreender, analisar e monitorar o desempenho da empresa.

Assim como a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial (BP), a DFC serve de base para o cálculo de indicadores financeiros. As medidas mais importantes. O estudo de Braga e Marques(2001) avaliou a liquidez empresas através da análise da demonstração do fluxo de caixa e dispôs as medidas de desempenho obtidas da demonstração Fluxos de Caixa em quatro categorias; quocientes de cobertura de caixa (avaliam a liquidez), quocientes de qualidade do resultado, quociente de dispêndio de capital e retornos do fluxo de caixa (BRAGA; MARQUES, 2001).

O quadro 6 dispõe as medidas de desempenho mais importantes de acordo com Braga e Marques(2001).

Quadro 6 – Quadro de indicadores financeiros

Categorias	Índices	Fórmulas
1ª Categoria	Índices de liquidez	Cobertura de dívidas = Fluxo de Caixa Operacional(FCO) / Passivo Circulante Cobertura de dividendos = FCO/Dividendos ou Juros sobre o capital próprio (JPC)
2ª Categoria	Índices de solvência	Cobertura de dívida de longo prazo = FCO / Passivo Total Cobertura de Juros = FCO + Juros Pago + IR Pago / Juros Pagos
3ª Categoria	Índices de investimentos	Financiamento dos Investimentos = FCI / FCO + Fluxo de Caixa Financeiro (FCF) Cobertura dos investimentos = FCO / Fluxo de Caixa Investimentos (FCI) Reinvestimentos = FCO – Dividendos pagos/ Ativo Não Circ. + Capital Circ
4ª Categoria	Índices de retorno	Retorno total = FCO / FCF + FCI Retorno sobre vendas = FCO / Vendas Retorno sobre lucro = FCO / Lucro Líquido do Exercício.

Fonte: Adaptado da pesquisa de Braga e Marques 2001

O índice de cobertura de juros mede a capacidade da entidade de pagar juros. Uma empresa muito endividada terá um baixo índice: um índice menor que um sinaliza risco de insolvência, abaixo de três pode ser considerado preocupante, e deve ser mais próximo a cinco. Este índice é análogo ao índice de cobertura de juros que utiliza o lucro líquido no numerador. Como regra geral, GITMAN(2007) sugere que este índice possua um valor mínimo de três e de preferência próximo a cinco.

O índice de Financiamento dos Investimentos mostra o valor gasto de investimentos que foram financiados pelo caixa líquido das atividades operacionais e financeiras. O valor inferior a um significa que os investimentos foram todos cobertos pelo Fluxo de Caixa Operacional.

O índice de cobertura dos investimentos avalia o potencial da entidade de financiar os investimentos com recursos próprios. O resultado menor que um revela a necessidade de recorrer a recursos de terceiros.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, são retratados os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento desta dissertação: a classificação da pesquisa, o método utilizado, a definição da amostra, a forma de coleta, o tratamento e a análise dos dados.

3.1 ABORDAGEM E TIPOS DE PESQUISA

Segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias visam proporcionar maior familiaridade com o problema e as descritivas têm como principal objetivo descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis.

Triviños (2007) classifica as pesquisas como exploratórias, quando elas procuram aumentar o conhecimento ou as experiências relacionadas a um problema específico, e como descritivas, quando possuem a finalidade de conhecer determinado fenômeno e descrevê-lo, podendo ser estabelecida relação entre variáveis. A presente pesquisa pode ser classificada como: exploratória, pois tem por objetivo investigar o problema, e descritiva, em função da coleta e apresentação dos dados.

Martins e Theóphilo (2009) denotam que as pesquisas científicas podem adotar avaliações qualitativas e quantitativas, e no estudo são utilizados métodos qualitativos ao analisar as informações contidas nas notas explicativas e quantitativos na tabulação e análise dos dados encontrados nas Demonstrações.

Quanto à estratégia de pesquisa, este trabalho pode ser classificado como sendo do tipo levantamento, utilizando-se também de pesquisa documental, uma vez que se utiliza de materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, como documentos arquivados, gravações, fotografias, dentre outros (MARTINS; THEOPHILO, 2009).

A pesquisa pode ser classificada como quantitativa, documental, exploratória e bibliográfica

3.1 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA

Optou-se por uma amostra do tipo não probabilística e intencional, uma vez que esta foi escolhida com arrimo em critérios previamente estabelecidos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). O critério adotado foi em virtude de o montante dos recursos movimentados pelos Estados, pela União e Distrito Federal representarem mais de noventa por cento da arrecadação tributária brasileira, conforme demonstrado no relatório Carga tributária no Brasil: 2014, elaborado pela Receita Federal (BRASIL, 2015).

A Constituição de 1988 concentrou o poder de política tributária sob a competência da União Federal, em detrimento dos Estados e Municípios.

Tabela 1 Carga Tributária por ente Federativo em Milhões

Ente Federativo	Orçamento Fiscal 2014	% da Arrecadação	%PIB
União	1.265.056,19	68,47%	22,91%
Estados	468.319,34	25,35%	8,48%
Municípios	114.364,17	6,19%	2,07%
Total	1.847.739,70	100,00%	33,47%

Fonte: adaptado do relatório Carga tributária no Brasil 2014 – Receita Federal

Os impostos e contribuições de competência da União são: Imposto de Renda (IR), Contribuição Previdenciária, Contribuição ao Seguro de Acidente do Trabalho, Contribuição ao Salário Educação, Contribuição ao Sistema S, Imposto Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Grandes Fortunas, Contribuição de Melhoria, Imposto de Operações Financeiras (IOF), Imposto de Importação (II), Imposto Exportação (IE), Contribuição Social da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE).

Os impostos e contribuições de competência dos Estados são: Imposto Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Natureza (ITCMD), Imposto Propriedade Veículos Automotores (IPVA), Contribuição de Melhoria e Imposto Circulação Mercadorias e Serviços (ICMS).

Os impostos e contribuições de competência dos Municípios são: Imposto de Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Serviços de Quaisquer Natureza (ISS), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Contribuição de Melhoria.

Foi escolhido o período de 2012 a 2015, por ser o período imediatamente posterior ao início da exigência da publicação das Demonstrações e o último ano de publicações disponíveis anterior ao início do processo de pesquisa.

3.2 COLETA DOS DADOS

Hair Jr. e outros (2005) asseguram que os dados podem ser coletados por meio de observações, entrevistas ou questionários e, após analisados, servem para fundamentar ideias propostas sobre determinado fenômeno estudado. Richardson e outros (2008) incluem os dados entre os elementos necessários no estudo de determinado método científico, representados por “observações realizadas para representar a natureza do fenômeno”.

Na pesquisa, foram utilizados dados secundários, os quais, segundo Roesch (2006), se apresentam em forma de arquivos, banco de dados e relatórios. Os dados estão contidos nas prestações de contas anuais dos entes da Federação brasileira.

A coleta de dados foi obtida por meio de *site* de busca que localizava as publicações nos “portais de transparência”, dos entes da Federação brasileira integrantes da amostra, que publicaram as prestações de contas em seus respectivos endereços eletrônicos, conforme determina o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Observou-se que muitas informações constavam em *sites* específicos das secretarias de finanças e a interface dos *sites* destinados à transparência não se mostrou amigável ao usuário final.

Foram acessados os sítios da *internet* destinados a transparência governamental dos governos dos Estados, do Distrito Federal e da União. Neles foi localizada a publicação do Balanço Geral das Contas dos Governo onde devem ser publicados os Demonstrativos Contábeis, ente eles a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A busca dos dados foi mais efetiva através do site de busca Google, tendo em vista os portais de transparências dos governos não serem amigáveis ao usuário. A melhor forma de localização das publicações do Balanço Geral dos Governos foi através da digitação de palavras as palavras chaves tais como; “Prestação de Contas do Governador” “Balanço Geral de Contas”, o buscador localizava o documento dentro dos portais de Transparência Governamental ou dos sítios das Secretarias de Finanças dos Governos.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, utilizando recursos, tal como a planilha eletrônica Microsoft Excel para descrever os dados da amostra no contexto da temática abordada neste estudo.

Bruni (2011, p. 3) expõe que a principal função da estatística descritiva consiste em

Resumir dados e informações investigadas, expondo-as da maneira mais prática e simples possível. Em muitos casos, há um grande número de dados e informações coletadas que poderiam atrapalhar o desenvolvimento das pesquisas e suas conclusões. Para simplificar, os dados são resumidos em forma de estatística descritiva. Ela está presente em diversas situações do nosso cotidiano, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais. Para os pesquisadores descreverem os resultados de suas pesquisas de campo, eles criam tabelas e gráficos, dispondo seus dados de forma que possam ser interpretados mais facilmente.

Os dados coletados das Demonstrações de Fluxos de Caixa foram trabalhados em tabelas que continham os campos totais das atividades operacionais, de investimento, de financiamento e a geração líquida de caixa e equivalente caixa. E ainda algumas informações consideradas relevantes para análise dos valores, tais como: ingressos de caixa das atividades de operações, desembolsos com juros e refinanciamento das dívidas, consideradas as variáveis do problema. Esses dados foram trabalhados com as técnicas de análise das demonstrações contábeis; análise horizontal, análise vertical e análise através de índices.

Também foi avaliada a adesão anual dos entes à publicação da DFC e construídas tabelas ilustrativas da evolução anual à publicação da Demonstração.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo destina-se à organização, ao tratamento e à análise dos dados, valendo-se de tabelas e da estatística descritiva, a partir da organização, análise e interpretação dos dados, objetivando correlacionar os resultados com referencial teórico do estudo.

A seguir, serão apresentados, na Tabela 2, os dados obtidos a partir da análise da disponibilização na internet das Demonstrações de Fluxos de Caixa publicados nos Sítios dos entes públicos pesquisados.

Tabela 2 – Demonstrativo da apresentação da DFC por ano

(continua)

Estado	2012	2013	2014	2015
União	Não	Não	Não	Sim
Distrito Federal	Não	Não	Não	Sim
Espírito Santo	Não	Não	Sim	Sim
Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim
São Paulo	Não	Não	Sim	Sim
Minas Gerais	Não	Não	Não	Sim
Paraná	Não	Não	Sim	Sim
Rio Grande do Sul	Não	Não	Sim	Sim
Santa Catarina	Sim	Sim	Sim	Sim
Alagoas	Sim	Sim	Sim	Sim
Bahia	Não	Não	Não	Não
Ceará	Não	Não	Não	Sim
Maranhão	Não	Não	Não	Não
Paraíba	Não	Não	Não	Não
Pernambuco	Não	Não	Sim	Sim
Piauí	Não	Não	Não	Sim
Rio Grande do Norte	Não	Não	Não	Não
Sergipe	Não	Não	Não	Não
Goiás	Não	Não	Não	Não
Mato Grosso	Não	Não	Não	Não
Mato Grosso do Sul	Não	Não	Não	Sim
Acre	Não	Não	Não	Não
Amapá	Não	Não	Não	Não
Amazonas	Não	Não	Não	Sim
Pará	Sim	Sim	Sim	Sim
Tocantins	Não	Não	Não	Não

Tabela 2 – Demonstrativo da apresentação da DFC por ano

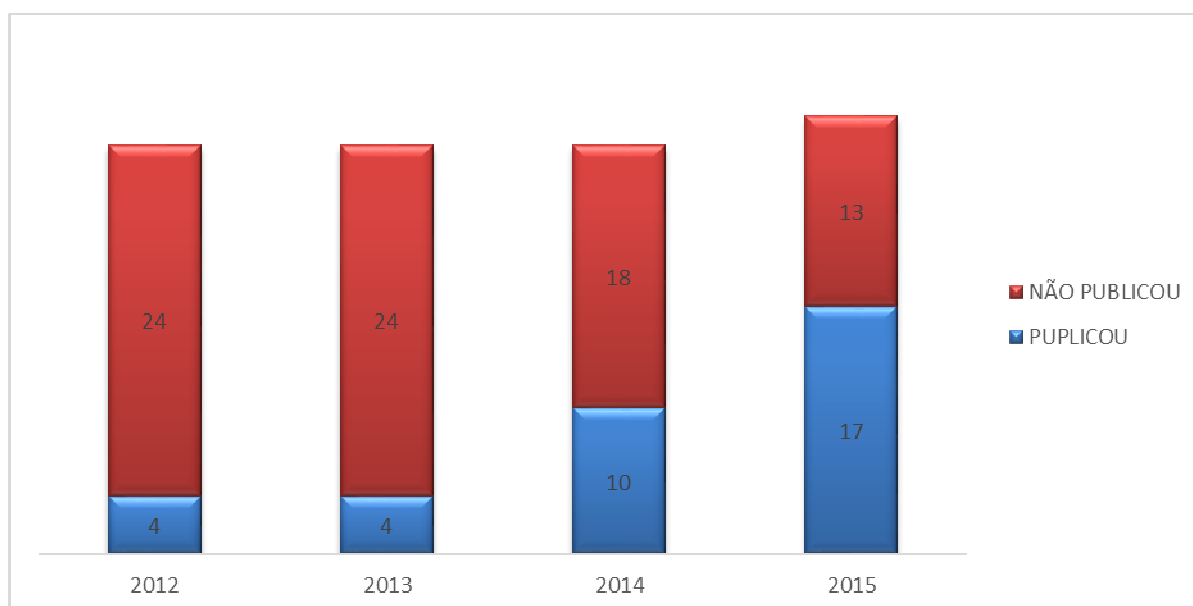
(conclusão)

Estado	2012	2013	2014	2015
Rondônia	Não	Não	Sim	Sim
Roraima	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora com base nas publicações das Prestações de Contas de Governo

Os dados dessa tabela foram resumidos no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da adesão à Publicação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa



Fonte: Elaborado pela autora com base nas publicações dos Balanços Consolidados das Contas

Como se pode ver, somente os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará e Alagoas publicaram as Demonstrações de Fluxos de Caixa nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. A partir de 2014, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rondônia passaram a publicar e em 2015 a União, o Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Ceará, Piauí e Amazonas publicaram suas demonstrações. Os Estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Acre e Amapá não publicaram o Demonstração dos Fluxos de Caixa em nenhum dos anos pesquisados.

Nos sites dos Tribunais de contas dos Estados os Maranhão, Paraíba, Sergipe e Tocantins não foi encontrada a publicação do parecer prévio das contas apresentadas em 2015, o Tribunais de contas dos Estados da Bahia e do Goiás o parecer prévio das contas de 2015 pontuou não cumprimento das normas contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e solicita adequação, nos estados do Mato Grosso, Acre e Rio Grande do Norte os pareceres dos tribunais de contas não evidenciam o não atendimento às normas contábeis aplicadas ao setor público.

A seguir, serão analisadas as Demonstrações de Fluxos de Caixa com objetivo de avaliar se a União, os Estados e o Distrito Federal têm gerado fluxos de caixa suficientes para o pagamento das dívidas e fazer investimentos, sem precisar recorrer a fontes externas de financiamento e qual o percentual dos ingressos de caixa tem sido consumido com o pagamento de juros, além de informações quanto a relação entre os gastos com serviços da dívida (juros e encargos e Amortização/refinanciamento da dívida) e total de ingressos de caixa das atividades das operações, valor das operações de crédito contratadas, os Fluxos de Caixa líquidos das atividades das operações, de investimento e de financiamento, a geração líquida de caixa e equivalente caixa, os saldos iniciais e finais de caixa e equivalente caixa.

Para melhor compreensão foi feito um recorte das informações em tabelas onde estão demonstrados os resultados dos cálculos comparativos que servirão de suporte para as análises, de tendências, no caso da análise horizontal, e das situações estáticas no caso das análises vertical e através de índices.

União

No Balanço Geral da União em 2012, 2013 e 2014, as demonstrações contábeis publicadas foram as exigidas pela Lei 4.320/1964. O processo de convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) foi mencionado, mas a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) não foi publicada. Apenas em 2015 ocorreu a publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Tabela 3 apresenta a demonstração resumida dos dados.

Tabela 3 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa da União em R\$ Milhares

DFC RESUMIDA DA UNIÃO	2015
Ingressos de caixa atividades das operações	1.653.489.331
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	39.206.780
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-33.187.715
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	274.172.143
Geração líquida de caixa e equivalente caixa	280.191.208
Caixa e equivalente caixa inicial	702.344.764
Caixa e equivalente caixa final	982.535.972
Amortização/refinanciamento da dívida	753.604.687
Juros e encargos da dívida	208.362.680
Operações de crédito	1.027.681.228
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	0,14
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	0,26
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	58,18%

Fonte: Elaborado pela autora

Nota. FO: Fluxo das Atividades Operacionais, J: Juros e encargos da Dívida, A: Despesas com Amortização/refinanciamento da dívida, FI: Fluxo das atividades de Investimentos, FF: Fluxo das Atividades de Financiamento, Serviço da dívida: gasto com pagamento de juros e amortizações.

Em 2015, o Fluxo Líquido das atividades das operações foi positivo com sobra suficiente para suprir os gastos com as atividades de investimentos. Contudo, houve um grande levantamento de recursos na atividade de financiamento que foi direcionado para aumento do estoque de caixa da União. É importante destacar que 58% dos ingressos das atividades operacionais estariam comprometidos com pagamento de juros e encargos da dívida pública, porém as operações de créditos das atividades de financiamento cobriram os desembolsos com juros. Observando o demonstrativo depreende-se que a União está se endividando atender o serviço da dívida, uma vez que o saldo positivo da atividade operacional não é suficiente para atender os gastos com pagamento de juros e amortizações de empréstimos.

Distrito Federal

Nos balanços de 2012 e 2013 é mencionado o processo de implantação das NBCASP, mas não há publicação das Demonstrações de Fluxos e Caixa. Em 2014, a não publicação é justificada pela Portaria nº 733, em 26/12/2014, que prorrogou a obrigatoriedade da publicação da DFC para 2015. Em 2015, o Demonstrativo de Fluxos de Caixa foi publicado. A Tabela 4 apresenta a demonstração resumida.

Tabela 4 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Distrito Federal em R\$

DFC RESUMIDA DO DISTRITO FEDERAL	2015
Ingressos de caixa atividades das operações	18.748.709.741,71
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	49.509.127,67
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-38.051.850,57
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	0
Geração de líquida de caixa e equivalente caixa	11.457.277,10
Caixa e equivalente caixa inicial	154.104.131,21
Amortização/refinanciamento da dívida	0
Juros e encargos da dívida	6.103.474.471,00
Índice de Cobertura de juros $(FO+J)/(J+A)$	0,30
Índice de Financiamento dos Investimentos $(FI/FO+FF)$	-
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	0
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	33%

Fonte: Elaborado pela autora

O fluxo positivo das atividades das operações foi suficiente para atender às atividades de investimento e aumentar a conta caixa do Estado.

Cabe ressaltar que a quase totalidade dos ingressos das atividades operacionais (18.706.040.364,62) veio de transferências intragovernamentais e que o valor pago a título de juros e encargos da dívida representa 33% do total dos ingressos das atividades operacionais.

Espírito Santo

Os Balanços Gerais de 2012 e 2013 foram publicados sem a Demonstração dos Fluxos de Caixa, com a justificativa de que publicação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) só seriam obrigatórias a partir de 2014, o que efetivamente ocorreu. A Tabela 5 apresenta a demonstração resumida.

Tabela 5 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa Espírito Santo em Reais

DFC RESUMIDA DO ESPÍRITO SANTO	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos	20.154.731.005,76	100	19.866.037.642,22	-1
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	1.572.315.373,74	100	1.707.087.316,34	9
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-2.422.176.548,16	100	-1.125.682.548,21	-54
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	687.273.476,91	100	164.943.187,63	-76
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	-162.587.697,51	100	746.347.955,76	359
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	3.858.608.118,03	100	3.696.020.420,52	-4
Caixa e Equivalente Caixa Final	3.696.020.420,52	100	4.442.368.376,28	20
Amortização/Refinanciamento da Dívida	228.704.657,48	100	253.135.930,49	11
Juros e Encargos da Dívida	250.537.250,94	100	303.467.446,68	21
Operações de crédito	855.352.694,27	100	391.423.121,23	-54
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	3,80	100	3,61	-5
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	1,07	100	0,60	-44
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	-0,65	100	-1,52	134
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	2,38%	100	2,80%	18

Fonte: Elaborado pela autora

Em 2014, a geração líquida de caixa das atividades operacionais não foi suficiente para absorver a atividade de investimentos. Assim, houve a necessidade de recorrer a atividade de financiamento para atender às atividades operacionais e de investimento, bem como diminuir o saldo da conta caixa. Em 2015, a atividade operacional gerou caixa suficiente para atender às atividades de investimento e financiamento e aumentar a conta caixa. Mesmo com a melhora no fluxo de caixa das atividades operacionais, houve um aumento no percentual gasto com pagamento de juros em relação ao total de ingressos de recursos das atividades operacionais.

Rio de Janeiro

Nos Balanços Gerais do Estado do Rio de Janeiro dos anos de 2012 a 2015, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram publicados, conforme tabela, de acordo com o modelo estabelecido pelas NBCASP.

A geração de fluxos de caixa e equivalente caixa permaneceu positiva nos anos de 2012 e 2013. Em 2014, ocorreu uma queda brusca no fluxo de caixa que passou a assumir valores negativos. Essa queda foi ocasionada pelo aumento dos desembolsos das atividades operacionais não acompanhado pelo aumento das receitas, levando à necessidade do Estado se financiar pela contratação de empréstimos, que pode ser observado pelo aumento do fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Tomando como base o ano de 2012, através da análise horizontal dos dados, observa-se que de 2012 para 2013 ocorreu queda nos ingressos de caixa na ordem de 35%, e que a partir daquele ano as entradas de recursos vêm aumentando, mas não chegaram ao patamar de 2012.

Em 2014, o fluxo de caixa negativo foi fruto dos desembolsos das atividades de investimentos, principalmente em aquisição de ativos não circulantes, que consumiram os superávits gerados nas atividades de financiamento e operacionais. A partir de 2014, a geração líquida de caixa passou a ser negativa diminuindo o montante do Caixa e Equivalente Caixa do Governo.

TABELA 6 Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Rio de Janeiro em milhares de reais

DFC RESUMIDA DO RIO DE JANEIRO	2012	AH%	2013	AH%	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de caixa atividades das operações	115.015.884	100	74.854.136	-35	76.269.859	-34	79.625.861	-31
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2.344.614	100	446.022	-81	-3.611.630	54	1.507.975	-36
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-4.840.945	100	-1.185.894	-76	-1.197.296	-75	-4.240.289	-12
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	2.529.107	100	2.197.481	-13	4.157.486	64	1.588.909	-37
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	32.777	100	1.457.610	4347	-651.440	1887	-1.143.405	3388
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	8.099.884	100	8.132.661	0	9.590.270	18	8.938.830	10
Caixa e Equivalente Caixa Final	8.132.661	100	9.590.270	18	8.938.830	10	7.795.425	-4
Amortização/Refinanciamento da Dívida	2.225ana.819	100	2.832.809	27	3.446.966	55	3.311.058	49
Juros e Encargos Da Dívida	2.633.524	100	2.931.170	11	3.219.446	22	3.651.231	39
Operações de Crédito	00	100	5.030.290		7.605.490		4.994.873	0
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	1,02	100	0,59	-43	-0,06	-94	0,74	-28
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	0,99	100	0,45	-55	2,19	121	1,37	38
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	0,48	100	0,38	-22	-3,02	523	0,36	-27
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	4,22%	100	7,70%	82	8,74%	107	8,74%	107

São Paulo

Os Balanços Gerais do Estado de São Paulo, nos anos de 2012 e 2013, foram publicados sem o Demonstrativo de Fluxos de Caixa com a justificativa de que publicação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) só seriam obrigatórias a partir de 2014, conforme portaria STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012. Também foi informado que a Contadoria Geral do Estado procedeu aos estudos e à avaliação das necessidades de adequação do sistema contábil junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP) para a implantação do novo sistema. A partir de 2014, o Balanço Geral passou a ser elaborado e publicado com base no Manual de contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP. Na Tabela 7 encontra-se a demonstração dos fluxos de caixa resumidos.

Tabela 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa Resumido de São Paulo em R\$ Milhares

DFC RESUMIDA DE SÃO PAULO	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de caixa atividades das operações	203.280.409.187	100	209.521.457.920	3
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	9.389.654.634	100	8.658.114.164	-8
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-17.748.507.550	100	-10.274.858.264	-42
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	1.934.522.120	100	-202.033.424	-90
Geração de líquida de caixa e equivalente caixa	-6.424.330.796	100	-1.818.777.524	-72
Caixa e equivalente caixa inicial	30.505.231.420	100	24.080.900.624	-21
Caixa e equivalente caixa final	24.080.900.624	100	22.262.123.100	-8
Amortização/refinanciamento da dívida	5.731.712.700	100	7.150.616.200	25
Juros e encargos da dívida	9.520.477.772	100	9.832.749.428	3
Operações de crédito	6.550.887.558	100	6.098.404.719	-7
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/ (J+A)	1,24	100	1,09	-12
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	1,57		1,22	-22
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	0,53	100	0,84	59
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	7,50%	100	8,11%	8

Fonte: Elaborado pela autora

Em 2014, a geração líquida de caixa das atividades operacionais não foi suficiente para absorver a atividade de investimentos. Assim, houve a necessidade de recorrer à atividade de financiamento e consumir saldo da conta caixa para atender investimento. Em 2015, ocorreu déficit na atividade financiamento somado ao resultado negativo da atividade de investimentos não suportado pela atividade das operações. Isso causou nova baixa no saldo da conta caixa. Ao final dos dois períodos, a conta teve uma variação negativa de 27%.

Minas Gerais

No Balanço Geral de Minas Gerais do ano de 2012, as NBCASP são mencionadas, mas a DFC não foi publicada, nem foi apresentada justificativa pela não publicação. Em 2013, nas considerações finais do Balanço foi informado que estava em andamento a implantação no novo plano de contas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP e que, oportunamente, seriam disponibilizadas as demonstrações contábeis exigidas pelo Manual. Em 2014, foi informado, nas notas explicativas, que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas nas NBCASP. Entretanto, não foi publicado o DFC, apenas em 2015, a DFC foi elaborada e publicada. A demonstração resumida dos fluxos de caixa está na Tabela 8.

Tabela 8 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de Minas Gerais em Reais

DFC RESUMIDA DE MINAS GERAIS	2015
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	75.421.678.100,72
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	888.861.225,22
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(1.303.003.293,33)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(2.743.562.179,88)
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	(3.157.704.247,99)
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	7.528.467.522,71
Caixa e Equivalente Caixa Final	4.370.763.274,72
Amortização/Refinanciamento da Dívida	3.011.076.748,55
Juros e Encargos da Dívida	2.683.881.752,99
Operações de crédito	24.407.698,06
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	0,63
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	0,70
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	-0,68
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da Dívida	7,55%

Fonte: Elaborado pela autora

Minas Gerais publicou a DFC apenas em 2015, impossibilitando análise das informações ao longo dos anos. A geração líquida de caixa das atividades operacionais não foi suficiente para absorver a atividade de investimentos e de financiamento, causando uma geração líquida de caixa negativa que reduziu a conta de caixa em 42%.

Paraná

Nos Balanços Gerais de 2012 e 2013, as Demonstrações não foram publicadas, nem as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público são mencionadas, os balanços restringem-se às Demonstrações exigidos pela Lei 4.320/64. A partir de 2014, as Demonstrações de Fluxos de Caixa passaram a ser publicados.

O resultado negativo dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, nos anos de 2013 e 2014, indicam que a atividade operacional não gerou recursos suficientes para financiar as próprias atividades, precisando recorrer à atividade de financiamento e à diminuição do estoque da conta caixa para cobrir o déficit. Em 2015, houve um aumento significativo no fluxo de caixa das atividades operacionais devido à diminuição das transferências concedidas. As Demonstrações foram publicados sem notas explicativas. As notas explicativas têm a finalidade de esclarecer acontecimentos como, por exemplo, a causa da diminuição das transferências concedidas observada no Demonstrativo de 2015 com relação aos anos anteriores.

Tabela 9 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Paraná em Reais

DFC RESUMIDA DO PARANÁ	2013	AH%	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	105.877.054.547,44	100	116.925.500.970,86	10	90.670.593.579,83	-14
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Das Operações	-313.952.672,30	100	-431.313.227,96	37	3.342.501.919,75	965
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades De Investimento	-1.062.295.098,34	100	-1.332.833.699,97	25	-982.691.299,32	-7
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades De Financiamento	257.786.269,33	100	512.696.636,02	99	-420.276.810,97	63
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	1.118.461.501,31	100	-1.251.450.291,91	12	1.939.533.809,46	73
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	5.351.459.881,23	100	4.232.998.379,92	-21	2.984.158.299,33	-44
Caixa e Equivalente Caixa Final	4.232.998.379,92	100	2.984.158.299,33	-30	4.926.692.108,79	16
Amortização/Refinanciamento da Dívida	699.488.129,52	100	819.987.460,27	17	1.939.533.809,46	177
Juros e Encargos da Dívida	697.793.331,57	100	734.180.531,84	5	928.304.558,96	33
Operações de crédito	148.793.264,09	100	953.849.106,76	541	259.758.720,89	75
Índice de Cobertura de juros(FO+J)/(J+A)	0,27	100	0,19	-30	1,49	452
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	-18,91	100	16,38	-13	0,34	-98
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	0,30	100	0,32	7	3,40	1033
Percentual dos Ingressos de caixa gasto com serviço da dívida	1%	100	1%	1	3%	140

Fonte: Elaborado pela autora com base nas publicações dos Balanços Consolidados das Contas

Santa Catarina

As Demonstrações de Fluxos de Caixa foram publicadas nos Balanços Gerais dos anos de 2012 a 2015, de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Entre 2012 e 2015, a geração líquida de caixa das atividades operacionais foi suficiente para absorver a atividade de investimentos. Assim, não houve a necessidade de recorrer à atividade de financiamento para atender as atividades operacionais e de investimento. Em 2013, divergência com o saldo de 2012 foi justificada em nota explicativa.

Tabela 10 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Santa Catarina em Milhares de Reais

DFC RESUMIDA DE SANTA CATARINA	2012	AH%	2013	AH%	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	188.024.748	100	51.778.680	-72	79.610.633	-58	87.223.886	-0,54
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Das Operações	757.439	100	1.409.557	86	834.641	10	1.231.648	63
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-680.455	100	-1.025.684	51	-1.666.462	145	-1.501.746	121
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	101.539	100	480.974	374	1.288.388	1169	422.472	316
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	178.524	100	864.846	-57	456.567	-38	152.374	-29
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	4.745.202	100	2.062.916	384	2.927.762	156	3.384.329	-15
Caixa e Equivalente Caixa Final	4.923.726	100	2.927.762	-41	3.384.329	-31	3.536.702	-28
Amortização/Refinanciamento da Dívida	1.580.810	100	1.583.099	0	561.955	-64	834.924	-47
Juros e Encargos da Dívida	1.642.840	100	668.313	-59	810.888	-51	957.286	-42
Operações de Crédito	1.661.165	100	2.057.900	24	1.743.428	5	1.146.895	-31
Índice de Cobertura de juros(FO+J)/(J+A)	0,74	100	0,92	24	1,20	61	1,22	64
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	0,79	100	0,54	-32	0,78	-1	0,91	15
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	1,11	100	1,37	23	0,50	-55	0,82	-26
Percentual dos Ingressos de caixa gasto com serviço da dívida	1,71%	100	4,35%	154	1,72%	1	2,05%	20

Fonte: Elaborado pela autora com base nas publicações dos Balanços Consolidados das Contas

Rio Grande do Sul

Nos Balanços Gerais de 2012 e 2013, as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público foram mencionadas, mas as Demonstrações não foram publicadas, apesar de constar no balanço de 2013 a informação de que as demonstrações contábeis do Estado foram atualizadas com base nos novos modelos estabelecidos no MCASP. Nos Balanços de 2014 e 2015, a Demonstração dos Fluxos de Caixa é apresentada no site em separado do Balanço Geral e refere-se apenas à Administração Direta. A Demonstração consolidada não foi publicada. Os dados obtidos estão resumidos na Tabela 11.

Tabela 11 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Rio Grande do Sul em Reais

DFC RESUMIDA DO RIO GRANDE DO SUL (Administração Direta)	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	41.657.331.112,06	100	39.612.472.048,14	-5
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Das Operações	-2.164.749.562,74	100	-439.641.581,06	-80
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades De Investimento	-811.991.333,37	100	-311.883.053,83	-62
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	3.624.827.615,99	100	566.412.867,72	-84
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	648.086.719,88	100	-185.111.767,17	-71
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	3.808.085.499,59	100	4.456.172.219,47	17
Caixa e Equivalente Caixa Final	4.456.172.219,47	100	4.271.060.452,30	-4
Amortização/Refinanciamento da Dívida	1.676.521.226,18	100	1.899.648.198,57	13
Juros e Encargos Da Dívida	1.557.581.018,33	100	1.534.779.288,24	-1
Operações de crédito	2.189.128.601,50	100	0,00	-100
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	-0,19	100	0,32	70
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	0,56	100	2,46	342
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	2,67	100	1,41	-47
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	7,76%	100	8,67%	12

Fonte: Elaborado pela autora

O resultado negativo dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, nos anos de 2014 e 2015, indicam que a atividade operacional não gera recursos suficientes para

financiar as próprias atividades, precisando recorrer à atividade de financiamento para cobrir o déficit. A atividade financiamento está financiando parte da atividade operacional e a atividade de investimento. A geração líquida de caixa ficou positiva em função da atividade de financiamento, aumentando o endividamento do Estado.

Alagoas

As Demonstrações de Fluxos de Caixa foram publicadas nos Balanços Gerais dos anos de 2012 a 2015, de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Entre 2012 a 2013, a geração líquida de caixa das atividades operacionais não foi suficiente para absorver a atividade de investimentos. Assim, houve a necessidade de recorrer à atividade de financiamento para atender às atividades operacionais e de investimento. Em 2014, a geração de líquida de caixa foi negativa, em virtude aumento dos desembolsos nas atividades de investimentos na aquisição de ativos não circulantes. Em 2015, a atividade operacional gerou caixa suficiente para atender às atividades de investimento e financiamento. O Estado vem diminuindo gasto com juros no período de 2012 a 2015.

Tabela 12 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de Alagoas em milhares de Reais

DFC RESUMIDA DE ALAGOAS	2012	AH%	2013	AH%	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	13.189.163	100	15.553.545	18	18.504.260	40	28.802.295	118
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Das Operações	609.479	100	394.641	-35	234.899	-61	1.714.769	181
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades De Investimento	-112.566	100	(202.164)	80	(792.707)	604	(619.033)	450
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-485.884	100	196.533	-60	(430.402)	-11	(541.129)	11
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	11.029	100	389.101	3428	(430.402)	3802	554.607	4929
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	1.052.043	100	1.071.861	2	1.460.871	39	1.030.469	-2
Caixa e Equivalente Caixa Final	1.063.072	100	1.460.871	37	1.030.469	-3	1.585.075	49
Amortização/Refinanciamento da Dívida	503.607	100	413.966	0	438.332	-13	567.228	13
Juros e Encargos da Dívida	263.639	100	277.288	0	246.133	-7	257.574	-2
Operações de crédito	17.223	100	17.223	3445	610.499	3119	554.477	52
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	1,14	100	1,28	-24	0,97	-38	0,70	110
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	0,91	100	0,91	-62	0,34	345	- 4,05	-42
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	5,41	100	5,41	-64	1,95	-95	0,30	-49
Percentual da geração caixa consumido com pagamento de juros e encargos	5,82%	100	5,24%	-15	4,44%	-36	3,70%	-51

Fonte: Elaborado pela autora com base nas publicações dos Balanços Consolidados das Contas

Bahia

No balanço de 2012, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público– NBCASP são mencionadas, mas a DFC não foi publicada. Dos anos de 2013 a 2015, a justificativa de que a implantação das NBCASP está sendo feita de forma parcial, na medida do possível, é repetida e o Demonstrativo de Fluxos de Caixa não é publicado.

Ceará

No Balanço Geral do Estado do Ceará de 2012 consta a informação que o Estado estava atuando no atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mas a Demonstração dos Fluxos de Caixa não foi publicada. No Balanço Geral de 2013, a DFC foi publicada. Já no Balanço Geral de 2014, a DFC não foi publicada e consta a informação de que a implantação das NBCASP está sendo feita de forma parcial e que a publicação da DFC seria facultativa. No Balanço Geral de 2015, o Demonstrativo dos Fluxos de Caixa consolidado é publicado. A Tabela 13 contém os dados de forma resumida.

Tabela 13 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Ceará em Reais

DFC RESUMIDA DO CEARÁ	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	29.066.728.275,69	100	29.809.027.459,77	3
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Das Operações	-8.655.653,21	100	365.463.531,75	4122
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades De Investimento	-1.743.358.633,53	100	-1.322.399.739,05	-24
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	1.039.031.811,69	100	872.465.642,63	-16
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	-509.775.650,55	100	-37.992.010,49	-93
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	2.512.630.198,72	100	2.002.854.548,17	-20
Caixa e Equivalente Caixa Final	2.002.854.548,17	100	1.964.862.537,68	-2
Amortização/Refinanciamento da Dívida	594.714.987,39	100	667.291.254,34	12
Juros e Encargos da Dívida	272.568.630,97	100	381.607.776,45	40
Índice de cobertura de caixa	0,00	100	0,00	0
Operações de crédito	0,30	100	0,71	134
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	1,69	100	1,07	-37

Tabela 13 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Ceará em Reais

	(Conclusão)			
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	0,005	100	0,28	5466
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	2,98%	100	3,52%	AH%
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	2,98%	100	3,52%	18

Fonte: Elaborado pela autora

O resultado negativo dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais do ano de 2014 indica que a atividade operacional não gerou recursos suficientes para se sustentar e precisou ser custeada pela atividade de financiamento e pelo saldo da conta caixa, ou seja, o Estado recorreu ao financiamento para atender a investimentos e cobrir o déficit da atividade operacional. Em 2015, as atividades operacionais geraram recursos suficientes para se financiarem, mas a atividade investimento foi financiada com recursos da atividade de financiamento e do estoque da conta caixa.

Maranhão

Os balanços publicados pelo Governo do Maranhão nos anos de 2012 a 2015 se limitaram a relatórios extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, sem tratamento analítico. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP- não são mencionadas nem a DFC foi publicada.

Paraíba

No Balanço Geral do Estado da Paraíba de 2012 foram publicados apenas os demonstrativos obrigatórios pela Lei 4.320/64 e não foi mencionado o processo de convergência das NBCASP aos padrões das Normas Internacionais.

Em 2013, foram citadas como desafios a capacitação de contadores e auditores para adoção das NBCASP. O Balanço Geral de 2014 nem mencionou as NBCASP e, em 2015, houve menção, mas sem publicação do DFC.

Pernambuco

Ao final do Balanço Geral do Estado de Pernambuco do ano de 2012, as NBCASP são citadas em um quadro onde consta que, em 2012, as demonstrações contábeis estariam 10% adequadas ao novo padrão das NBCASP. O balanço de 2013 não publica a DFC e prevê para 2015 a elaboração das demonstrações contábeis nos padrões estabelecidos nas NBCASP. Nos balanços de 2014 e 2015 constam a DFC. Os dados da demonstração resumida estão na Tabela 14.

Tabela 14 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa Pernambuco em Reais

DFC RESUMIDA DE PERNAMBUCO	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	46.476.367.590,08	100	46.586.794.443,52	0
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	24.503.149,68	100	1.488.248.027,61	5974
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(2.744.616.149,28)	100	(1.045.414.498,49)	-62
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	1.753.878.339,93	100	(140.416.391,95)	-92
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	(966.234.659,67)	100	302.417.137,17	-69
Geração líquida extra orçamentária	414.220.742,38	100	(62.806.661,55)	-85
Geração líquida do fluxo	(552.013.917,29)	100	239.610.475,62	-57
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	3.231.005.688,35	100	2.678.991.771,06	-17
Caixa e Equivalente Caixa Final	2.678.991.771,06	100	2.918.602.246,68	9
Amortização/Refinanciamento da Dívida	612.171.286,59	100	798.507.950,23	30
Juros e Encargos da Dívida	539.371.433,83	100	633.047.579,04	17
Índice de cobertura de caixa	1.886.113.311,38	100	419.419.000,94	-78
Operações de crédito	0,49	100	1,48	202
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	1,54	100	0,78	-49
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	0,01	100	1,42	14100
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	2,48%	100	3,07%	24

Fonte: Elaborado pela autora

O balanço de sofreu ajustes que modificaram, substancialmente, os valores da DFC de 2014. Devido a esse fato, a análise baseou-se nos valores apresentados no balanço de 2015. Em 2014, os Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais não foram suficientes para absorver os fluxos negativos das atividades de investimento,

precisando recorrer à atividade de financiamento e a baixa do estoque de caixa para atender à atividade de investimento. Em 2015, houve aumento no fluxo de caixa das atividades operacionais causado pela queda nos desembolsos com pessoal e transferências concedidas. Com isso, os fluxos das atividades operacionais foram suficientes para atender à atividade de investimento e aumentar o estoque de Caixa.

Piauí

No Balanço Geral do Estado do Piauí, nos anos de 2012 a 2014, foram publicados os demonstrativos obrigatórios pela Lei 4.320/64 e não foi mencionado o processo de convergência das NBCASP aos padrões das Normas Internacionais. Somente em 2015, o foi publicada a Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração resumida dos dados pode ser vista na Tabela 15.

Tabela 15 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Piauí em Reais

DFC RESUMIDA DO PIAUÍ	2015
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	7.724.282.448
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	544.273.753
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-466.724.026
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	168.341.645
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	245.891.382
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	889.115.227
Caixa e Equivalente Caixa Final	1.135.006.609
Amortização/Refinanciamento da Dívida	258.341.816
Juros e Encargos da Dívida	Não detalhado
Operações de Crédito	Não detalhado
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	Falta o dado juros e encargos

Fonte: Elaborado pela autora

O fluxo positivo das atividades operacionais é suficiente para atender às atividades de investimento e aumentar o estoque de caixa do Estado.

Rio Grande do Norte

No Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Norte de 2012 foram publicados apenas os demonstrativos obrigatórios pela Lei 4.320/64 e não foi mencionado o processo de convergência das NBCASP aos padrões das Normas Internacionais. Nos balanços dos anos de 2013 e 2014 é informado que os demonstrativos foram

elaborados de acordo com o novo plano de contas exigido nas NBCASP, mas a DFC não foi publicada.

Sergipe

No Balanço Geral do Estado e Sergipe, nos anos de 2012 a 2015, foram publicados os demonstrativos obrigatórios pela Lei 4.320/64. Nas notas explicativas dos balanços, as NBCASP são mencionadas, mas a DFC não foi publicada.

Goiás

Nos anos de 2012 a 2015, os Balanços Gerais do Estado de Goiás apresentaram apenas nas publicações das Demonstrações obrigatórios pela Lei 4.320/64, sem notas explicativas. Não foi mencionado o processo convergência das NBCASP às normas internacionais de contabilidade e também não foram publicadas as Demonstrações de Fluxos de Caixa.

Mato Grosso

No balanço do Estado do Mato Grosso, no ano de 2012, as NBCASP não foram mencionadas. No balanço de 2013, consta a informação de que as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado foram elaboradas segundo a NBCASP e que o prazo final para implantação das normas seria 2014, mas não foi apresentada a publicação do Demonstrativo de Fluxos de Caixa. O balanço de 2014 repetiu o que foi dito em 2013 e nele também não consta a DFC. Nas notas explicativas no volume VII (Relatório do Contador) do Balanço Geral 2015, foi informado que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no MCASP, mas não foi apresentado no balanço a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Mato Grosso do Sul

No balanço do Mato Grosso do Sul de 2012 consta que o Estado constituiu, em 2011, um grupo de estudos destinado à implantação das NBCASP. Nos balanços dos anos de 2013 e 2014, foi informado que o grupo de trabalho estava agindo para

a implantação do Plano de Contas aplicado ao Setor Público, mas apenas em 2015 o Demonstrativo de Fluxos de Caixa foi publicado. Os dados resumidos estão apresentados na Tabela 16.

Tabela 16 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Mato Grosso do Sul em Reais

DFC RESUMIDA DO MATO GROSSO DO SUL	2015
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	28.438.413.643,05
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	535.665.416,88
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(508.009.651,89)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(58.033.748,10)
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	(30.377.983,11)
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	731.178.356,32
Caixa e Equivalente Caixa Final	1.924.448.432,80
Amortização/Refinanciamento da Dívida	942.041.047,46
Juros e Encargos da Dívida	274.716.450,68
Índice de cobertura de caixa	-1.063.614.323,34
Operações de crédito	0,67
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	1,06
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	1,05
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	4,28%

Fonte: Elaborado pela autora

O Estado do Mato Grosso do Sul publicou apenas os valores relativos a 2015, em que ao fluxo das atividades operacionais são positivas, mas não suficientes para atender às atividades de investimento e atividade de financiamento, resultando em uma geração líquida de caixa negativa, que foi absorvida pelo saldo do caixa. Foi notada uma inconsistência no valor de Caixa e Equivalente Caixa Final não justificada no balanço. O saldo inicial somado à geração líquida de caixa não corresponde ao valor do caixa final.

Acre

Nos anos de 2012 e 2013, os Balanços Gerais do Estado do Acre apresentaram as publicações das Demonstrações obrigatórias pela Lei 4.320/64, sem notas explicativas. Não foi mencionado o processo convergência das NBCASP às normas internacionais de contabilidade e também não foram publicadas as Demonstrações de Fluxos de Caixa. Nos Balanços Gerais dos anos 2014 e 2015. o processo de

convergência das NBCASP aos padrões das Normas Internacionais é mencionado, mas a DFC não foi publicada.

Amapá

Nos Balanços Gerais do Estado do Amapá dos anos 2012 a 2014, o processo de convergência das NBCASP aos padrões das Normas Internacionais é mencionado, mas a DFC não foi publicada. O Balanço Geral de 2015 não foi publicado no portal da transparência do Governo do Amapá.

Amazonas

Nos anos de 2012 a 2013, os Balanços Gerais do Estado do Amazonas apresentaram apenas nas publicações das Demonstrações obrigatórias pela Lei 4.320/64, sem notas explicativas. Não foi mencionado o processo de convergência das NBCASP às normas internacionais de contabilidade e também não foram publicadas as Demonstrações de Fluxos de Caixa. Em 2014, consta que foi criado um grupo técnico de estudos para atender às NBCASP e, em 2015, a DFC foi publicada. Os dados de 2014 foram retirados da DFC de 2015. Na Tabela 17 estão os dados da demonstração resumida.

Tabela 17 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa Amazonas em Reais

(Continua)

DFC RESUMIDA DO AMAZONAS	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de Caixa Atividades Das Operações	23.632.308.950,92	100	22.740.412.991,90	-4
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	261.038.426,34	100	570.710.246,95	119
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-1.449.945.496,31	100	-578.027.403,79	-60
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	1.116.759.597,63	100	-50.421.692,87	-95
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	-72.147.472,34	100	-57.738.849,71	-20
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	3.654.144.166,86	100	3.581.996.934,52	-2
Caixa e Equivalente Caixa Final	3.581.996.694,52	100	3.524.257.844,81	-2
Amortização/Refinanciamento da Dívida	331.059.500,85	100	389.100.802,48	18
Juros e Encargos da Dívida	257.190.848,05	100	326.644.128,41	27

Tabela 17 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa Amazonas em Reais

			(conclusão)	
Operações de crédito	206.513.250,99	100	1.130.415.978,92	447
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	0,88	100	1,25	42
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	1,05	100	1,11	6
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	0,18	100	0,99	448
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	2,49%	100	3,15%	26

Fonte: Elaborado pela autora

Em 2014, a geração líquida de caixa das atividades operacionais não foi suficiente para absorver a atividade de investimentos. Assim, houve a necessidade de recorrer à atividade de financiamento e consumir saldo da conta caixa para atender investimento. Em 2015, a atividades operacionais ainda não foram suficientes para atender à atividade de financiamento, mas o déficit foi coberto pela diminuição do estoque de caixa.

Pará

Nos Balanços Gerais do Estado do Pará de 2012 a 2015, os Demonstrativos de Fluxos de Caixa foram publicados, conforme tabela, de acordo com o modelo estabelecido pelas NBCASP.

Tabela 18 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa do Pará em Milhares de Reais

DFC RESUMIDA DO PARÁ	2012	AH%	2013	AH%	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de caixa atividades das operações	50.659.904	100	56.175.111	11	75.449.221	49	80.651.101	59
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	1.787.198	100	1.087.424	-39	1.627.868	-9	1.326.674	-26
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	960.448	100	-1.246.865	30	-1.551.749	62	-1.440.832	50
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	335.226	100	78.857	-76	279.920	-16	-223.414	-33
Geração de líquida de caixa e equivalente caixa	491.524	100	-80.584	-84	356.039	-28	-337.571	-31
Caixa e equivalente caixa inicial	1.521.309	100	2.012.833	32	1.932.249	27	2.288.289	50
Caixa e equivalente caixa final	2.012.833	100	1.932.249	-4	2.288.289	14	1.950.717	-3
Amortização/refinanciamento da dívida	376.860	100	419.991	11	334.291	-11	402.341	7
Juros e encargos da dívida	199.131	100	173.147	-13	194.679	-2	227.753	14
Operações de crédito	41.634	100	498.848	1098	614.212	1375	178.927	330
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	3,45	100	2,13	-38	3,45	0	2,47	-28
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	-	0,45	1,07	136	0,81	80	1,31	189
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	1,86	100	0,87	-53	1,05	-44	0,92	-51
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	1%	100	1%	0	1%	0	1%	0

Fonte: Elaborado pela autora com base nas publicações dos Balanços Consolidados das Contas

Em 2012, os ingressos de caixa com as atividades operacionais foram suficientes para atender às atividades de investimento e de financiamento, e ainda contribuíram para o aumento do estoque de caixa. Já em 2013, a geração líquida de caixa ficou negativa, pela combinação da queda no fluxo líquido das atividades operacionais com aumento do fluxo negativo das atividades de investimento. Em 2014 e 2015, as atividades operacionais voltaram a gerar caixa suficiente para atender à atividade de investimento.

Tocantins

No Balanço Geral do Estado do Tocantins do ano de 2012, o processo de convergência das NBCASP aos padrões das Normas Internacionais é mencionado ao justificar os valores inscritos em Dívida Ativa. No balanço de 2013 NBCASP são totalmente ignoradas. Em 2014 em nota explicativa as NBCASP foram mencionadas com relação aos procedimentos de depreciação e os demais aspectos foram omitidos. No balanço de 2015 o tópico gestão patrimonial informa que as demonstrações contábeis estariam de acordo com as NBCASP, mas não foi publicada a DFC.

Rondônia

No ano de 2012 o Balanço Geral do Estado de Rondônia apresentou apenas as publicações das Demonstrações obrigatórias pela Lei 4.320/64, sem notas explicativas. Não foi mencionado o processo convergência das NBCASP às normas internacionais de contabilidade e também não foram publicadas as Demonstrações de Fluxos de Caixa. No balanço de 2013, a DFC não foi publicada e consta a informação de que as NBCASP estão sendo implementadas de forma gradativa, em especial o Plano de contas com previsão para implantação em 2014. A partir de 2014, a DFC passou a ser publicada. Na Tabela 19 estão os dados, de foram resumida.

Tabela 19 – Demonstração Resumida dos Fluxos de Caixa de Rondônia em Reais

DFC RESUMIDA DE RONDÔNIA	2014	AH%	2015	AH%
Ingressos de Caixa Atividades das Operações	11.925.108.963,94	100	11.371.633.385,61	-5
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	708.161.064,29	100	766.967.994,88	8
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-484.712.489,92	100	-379.148.457,85	-22
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-14.832.645,64	100	-60.224.332,08	306
Geração de Líquida de Caixa e Equivalente Caixa	208.615.928,73	100	327.595.204,95	57
Caixa e Equivalente Caixa Inicial	933.678.605,94	100	911.103.335,70	-2
Caixa e Equivalente Caixa Final	1.142.294.534,67	100	1.238.698.540,65	8
Amortização/Refinanciamento da Dívida	87.822.072,20	100	43.903.396,22	-50
Juros e Encargos da Dívida	139.592.448,66	100	115.684.538,29	-17
Operações de crédito	124.759.803,02	100	32.855.036,76	-74
Índice de Cobertura de juros (FO+J)/(J+A)	3,73	100	5,53	48
Índice de Financiamento dos Investimentos (FI/FO+FF)	0,70	100	0,54	-23
Índice de Cobertura dos investimentos (FO/FI)	1,46	100	2,02	38
Percentual dos Ingressos de Caixa gasto com serviço da dívida	1,91%	100	1,40%	-26

Fonte: Elaborado pela autora

Nos anos de 2014 e 2015, as atividades operacionais geraram caixa suficiente para atender às atividades de investimento e financiamento e aumentar o saldo do caixa.

Roraima

Nos anos de 2012 a 2015, os Balanços Gerais do Estado de Roraima apresentaram apenas as publicações das Demonstrações obrigatórias pela Lei 4.320/1964, sem notas explicativas. Não foi mencionado o processo de convergência das NBCASP às normas internacionais de contabilidade e também não foram publicadas as Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou analisar as publicações das Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos vinte e seis Estados da Federação, do Distrito Federal e em virtude do processo de mudança da contabilidade aplicada ao setor público, tendo como base de análise os Balanços de Contas dos Governos publicados, anualmente, por força das Leis 4.320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de acesso à Informação.

A fim de atingir os objetivos do trabalho, foi adotada a estratégia de pesquisa do tipo levantamento, com abordagem qualitativa e quantitativa quanto ao problema de pesquisa proposto.

A realização dessas ações permitiu atender ao primeiro objetivo do estudo, que era analisar as informações evidenciadas nas prestações de contas anuais dos entes da Federação, no que se refere à Demonstração dos Fluxos de Caixa, no período de 2012 a 2015,

Foi observado que apenas os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará e Alagoas publicaram a DFC em 2012 e 2013. Em 2014, os Estados do Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rondônia passaram a publicar a DFC. União, Distrito Federal, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Amazonas publicaram apenas em 2015 e os Estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Acre e Amapá não publicaram o Demonstrativo de Fluxos de Caixa em nenhum dos anos pesquisados. Os Estados que não publicaram encontram-se nas regiões: Centro Oeste, dois dos três Estados; Nordeste, seis dos nove estados; e Norte, quatro dos sete Estados. Os Estados do Maranhão, Goiás e Roraima sequer mencionaram em suas Prestações de Contas anuais o processo de convergência das NBCASP às Normas Internacionais de Contabilidade.

Cabe ressaltar que, a princípio, a Secretaria do Tesouro Nacional havia estabelecido o prazo de até 2012 para a União, os Estados e o Distrito federal publicarem as suas respectivas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Posteriormente, os prazos foram prorrogados para 2014 e 2015.

A etapa quantitativa permitiu analisar valores encontrados, buscando observar se as atividades operacionais geraram fluxos de caixa suficientes para o pagamento das dívidas e fazer investimentos, sem precisar recorrer a fontes externas de financiamento, bem como analisar a relação entre os desembolsos com o pagamento de juros e amortização/refinanciamento e os ingressos de recursos nas atividades operacionais das entidades pesquisadas, atendendo ao segundo e ao terceiro objetivo.

Das análises das Demonstrações de Caixa pesquisados podemos destacar as principais constatações, descritas a seguir:

De uma maneira geral, os Estados não estão conseguindo gerar fluxos de caixa nas atividades operacionais que sejam capazes de suprir as atividades de investimento. Em 2015 somente a União Distrito Federal, o Espírito Santo, Alagoas, Piauí, Mato Grosso do Sul e Rondônia as atividades operacionais geraram fluxos de caixa suficientes para pagamento das dívidas e fazer investimentos. No ano de 2014 somente o Pará, em 2013; Alagoas e Santa Catarina e em 2012; Alagoas, Santa Catarina e Pará.

O quadro a seguir traz um panorama dos gastos com serviços da dívida por unidade da federação em relação ingressos de caixa no período de 2012 a 2015.

QUADRO 7 - Percentual de ingressos de caixa consumido com serviço da dívida

Estado	2012	2013	2014	2015
União	NÃO	NÃO	NÃO	58%
Distrito Federal	NÃO	NÃO	NÃO	33%
Espírito Santo	NÃO	NÃO	2%	3%
Rio de Janeiro	4%	8%	9%	9%
São Paulo	NÃO	NÃO	8%	8%
Minas Gerais	NÃO	NÃO	NÃO	8%
Paraná	NÃO	1%	1%	3%
Rio Grande do Sul	NÃO	NÃO	8%	9%
Santa Catarina	2%	4%	2%	2%
Alagoas	5%	4%	4%	3%
Bahia	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Ceará	NÃO	NÃO	3%	4%
Maranhão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Paraíba	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Pernambuco	NÃO	NÃO	1%	3%
Piauí	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Rio Grande do Norte	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Sergipe	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Goiás	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Mato Grosso	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Mato Grosso do Sul	NÃO	NÃO	NÃO	4%
Acre	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Amapá	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Amazonas	NÃO	NÃO	1%	3%
Pará	1%	1%	1%	1%
Tocantins	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Rondônia	NÃO	NÃO	2%	1%
Roraima	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Legenda: NÃO – Não publicou a DFC – SIM – Publicou a DFC

Fonte: Elaborado pela autora

Outro dado importante é que a União comprometeria cinquenta e oito por cento dos ingressos de caixa das atividades operacionais com juros e refinanciamento de dívidas se não pudesse recorrer a operações de crédito para financiar os investimentos.

Como propostas para estudos futuros, uma recomendação seria a de analisar as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações Patrimoniais e Demonstrações de Fluxos de Caixa, em conjunto através das técnicas de Análise das Demonstrações Contábeis uma vez que o conjunto das demonstrações contábeis auxiliam os usuários na avaliação de situação econômico financeira das entidades públicas e na capacidade dessas entidades se adaptarem a novas circunstâncias e necessidades.

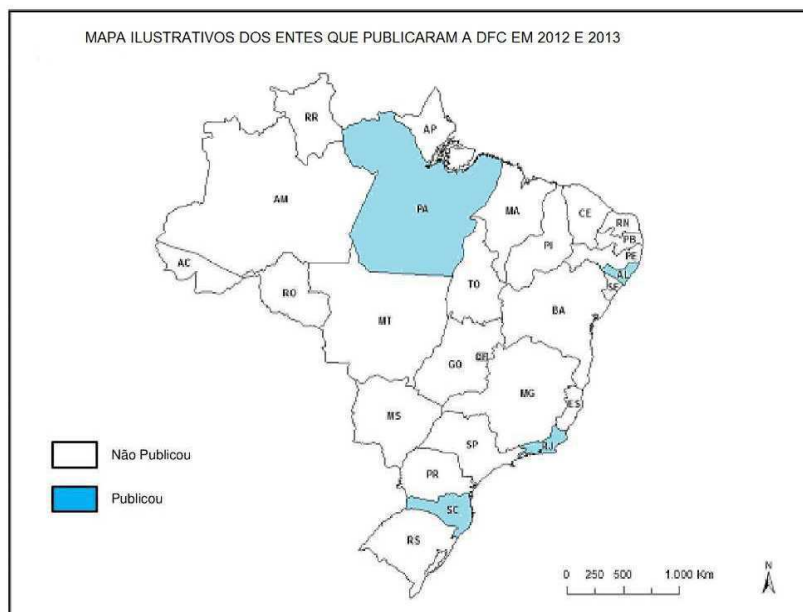
O período a ser estudado poderia ser a partir de 2015, considerando que a partir de daquele ano não houve prorrogação de prazo da obrigatoriedade de publicação das Demonstrações de Fluxos de Caixa.

Foram ao todo examinadas as publicações das Prestações de Contas anuais vinte e oito entes Federativos dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, ao todo cento e doze Prestações de Contas pesquisadas, a fim de localizar as evidenciações das Demonstrações dos Fluxos de Caixa ou a justificativas para não publicação.

Quanto à adesão à publicação das Demonstrações de Fluxos de Caixa, foi observado que, anos 2012 e 2013, apenas os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará e Alagoas publicaram; a partir de 2014, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rondônia passaram a publicar; e, em 2015, a União, o Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Ceará, Piauí e Amazonas. Os Estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Acre e Amapá não publicaram a Demonstração dos Fluxos de Caixa em nenhum dos anos avaliados.

Foram elaborados três mapas ilustrativos dos anos de 2012 e 2013, de 2014 e 2015, para melhor visualização da evolução da adesão à publicação da DFC, respectivamente apresentados nas Figuras 1, 2 e 3.

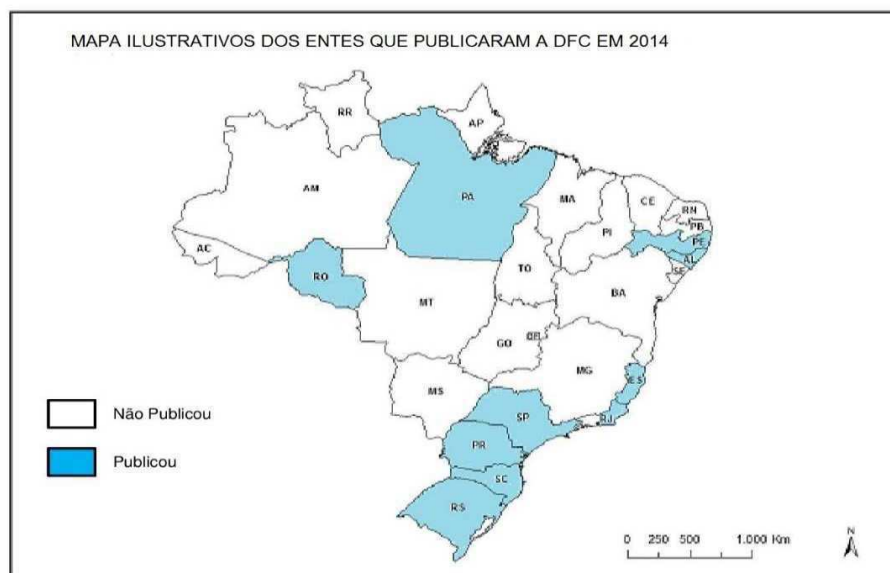
Figura 1 - Mapa ilustrativo dos entes que publicaram a DFC entre 2012 e 2013.



Fonte: Elaborado pela autora

Obs.: A União não foi retratada no mapa e não publicou a DFC em 2012 e 2013

Figura 2 - Mapa ilustrativo dos entes que publicaram a DFC em 2014

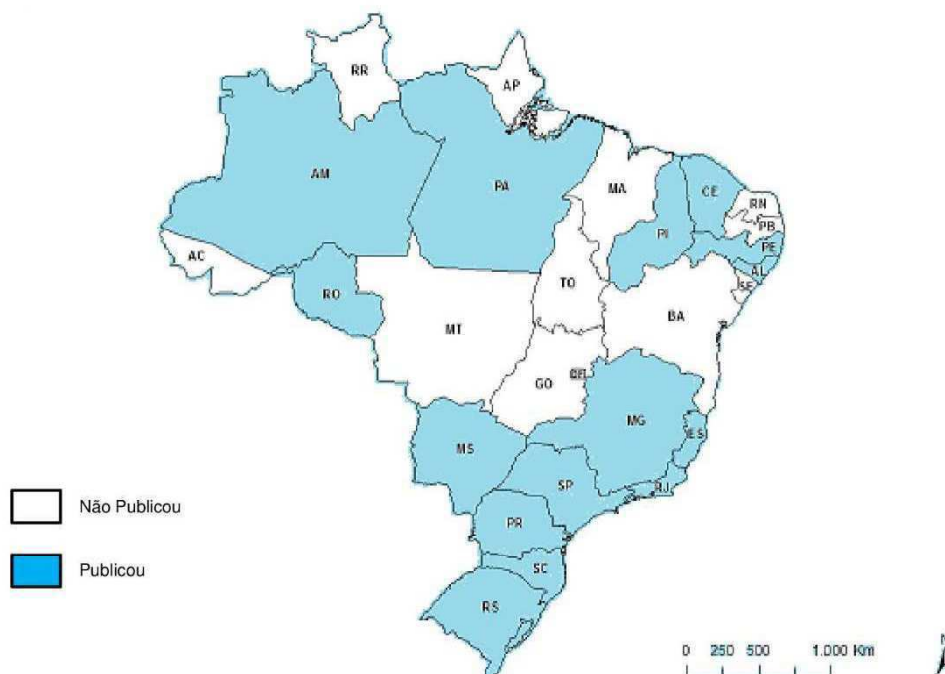


Fonte: Elaborado pela autora

Obs.: A União não foi retratada no mapa e não publicou a DFC em 2014

Figura 3 - Mapa ilustrativo dos entes que publicaram a DFC em 2015

MAPA ILUSTRATIVOS DOS ENTES QUE PUBLICARAM A DFC EM 2015



Fonte: Elaborado pela autora

Nota: A União não foi retratada no mapa e publicou a DFC em 2015

A análise horizontal só foi possível nos estados que a Demonstração de Fluxos de Caixa por no mínimo dois anos consecutivos, de todos os entes pesquisados, apenas os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Alagoas e Pará publicaram suas respectivas Demonstrações em todos os anos examinados. A seguir serão destacados principalmente as informações obtidas quanto à evolução da relação entre os ingressos de caixa e os gastos com serviço da dívida:

O Estado do Rio de Janeiro demonstrou o maior comprometimento dos ingressos de caixa com pagamento de juros, no período entre 2012 e 2013, dobrou o percentual dos ingressos de caixa gastos juros e encargos da dívida, ocorreu uma queda de entradas da ordem de 35%. De 2013 para 2014, a variação da relação juros/ingressos foi de 13%, e nos anos de 2014 e 2015 permaneceu constante.

O Estado de Santa Catarina, no período entre 2012 e 2013, dobrou o comprometimento dos ingressos com pagamento de juros e encargos, mas, em 2014, o percentual voltou aos patamares de 2012 e se manteve constante.

O Estado de Alagoas reduziu, anualmente, o percentual de comprometimento de recursos com juros e encargos.

O Estado do Pará manteve a relação pagamento de juros e encargos e ingressos de caixa na ordem de 1%.

O Estados do Paraná publicou as Demonstrações de Fluxos de Caixa do anos de 2013, 2014 e 2015, e da análise horizontal das demonstrações pulicadas pode-se destacar que o Estado manteve constante em 1% a relação pagamento de juros e encargos e ingressos de caixa e em 2015 a relação passou para 3%, representando uma variação de 200%, ao mesmo tempo ocorreu queda nos ingressos de caixa, na ordem de 29%, ou seja, a queda de ingressos de caixa contribuiu para a piora na relação caixa versus juros do Estado.

Os Estados de Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Amazonas e Roraima publicaram as suas Demonstrações de Fluxos de Caixa referentes aos anos de 2014 e 2015 e evidencia-se que no Estado do Espírito Santo, o percentual gasto com pagamentos de juros passou de 2,38% para 2,80% e os ingressos variaram apenas 1,43%, mas os gastos com juros variaram 17,83%, assim, houve uma combinação de fatores, aumento dos gastos com juros e diminuição dos ingressos de recursos. O ingresso de um grande volume operações de crédito, em 2014, que pode ter impactado nos gastos com juros em 2015.

O Estado de São Paulo manteve a relação pagamento de juros e encargos e ingressos de caixa na ordem de 8% entre 2014 e 2015.

No Estado do Rio Grande do Sul, entre 2014 e 2015, a relação pagamento de juros e encargos e ingressos de caixa subiu 11,68%. No mesmo período, ocorreu queda nos ingressos de caixa, na ordem de 5%.

No Estado do Ceará, entre 2014 e 2015, a relação pagamento de juros e encargos e ingressos de caixa subiu 17,68%. Os gastos com juros subiram 20,94% e os ingressos de caixa 2,55%. Não foi encontrado na DFC indicativo de causa para o aumento dos gastos com juros.

No Estado de Pernambuco, na relação pagamento de juros e encargos e ingressos de caixa, em 2015, a relação passou de 2,48% para 3,07%, representando uma variação 24%. Não houve variação nos ingressos de recursos, mas correu a entrada de um grande volume operações de crédito, em 2014, que pode ter impactado nos gastos com juros.

No Estado do Amazonas, entre 2014 e 2015, a relação pagamento de juros e encargos e ingressos de caixa subiu 26,45%. Os gastos com juros subiram 21,67% e os ingressos de caixa caíram 3,77%. O volume dos ingressos de recursos através de operações de crédito, de 2014, pode ter impactado nos gastos com juros.

No Estado do Rondônia, entre 2014 e 2015, a relação pagamento de juros e encargos e ingressos de caixa subiu 26,41%. Os gastos com juros subiram 29,83% e os ingressos de caixa caíram 4,64%. O volume dos ingressos de recursos através de operações de crédito, de 2014, pode ter impactado nos gastos com juros.

Quanto à Análise Financeira das Demonstrações de Fluxos de Caixa foi calculado o índice de cobertura de juros caixa para todos os entes que publicaram as demonstrações, a fim de se demonstrar a capacidade da entidade de pagar juros.

Uma entidade muito endividada terá um baixo índice: um índice menor que um sinaliza risco de insolvência; abaixo de três pode ser considerado preocupante; o ideal é que fique próximo a cinco. A Tabela 20 apresenta esses índices.

Tabela 20 - Índice de cobertura de juros risco de solvência 2015

ENTE FEDERATIVO	ÍNDICE	SITUAÇÃO
União	0,26	Risco de insolvência
Alagoas	2,39	Preocupante
Amazonas	1,25	Preocupante
Ceará	0,71	Risco de insolvência
Distrito Federal	0,3	Risco de insolvência
Espírito Santo	3,61	Não preocupante
Mato Grosso do Sul	0,67	Risco de insolvência
Minas Gerais	0,63	Risco de insolvência
Pará	2,47	Preocupante
Paraná	1,49	Preocupante
Pernambuco	1,48	Preocupante
Rio de Janeiro	0,74	Risco de insolvência
Rio Grande do Sul	0,32	Risco de insolvência
Rondônia	5,53	Ideal
Santa Catarina	1,22	Preocupante
São Paulo	1,09	Preocupante

Fonte: Elaborado pela autora

Dos Estados que publicaram as demonstrações no período de 2012 a 2015, apenas o Estado do Pará tem o índice de Cobertura de Juros com Caixa confortável, isto é, acima de cinco; o Espírito Santo obteve um índice de 3,61, que não pode ser considerado preocupante; em situação preocupante estão os Estados de Alagoas, Amapá, Pará, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e São Paulo; a União, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estariam em situação de risco de insolvência.

PRODUTO TÉCNICO: MAPA DO ÍNDICE DE SOLVÊNCIA DOS ENTES FEDERATIVOS COM BASE NAS DEMOSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA PUBLICADAS EM 2015.

Através do cálculo do cobertura de juros foi construído um mapa ilustrativo do grau de comprometimento fluxo de caixa operacional da União, Distrito Federal e Estados com pagamento de juros e amortização de empréstimos.

Tabela 21 - Índice de cobertura de juros com caixa entre 2012 e 2015

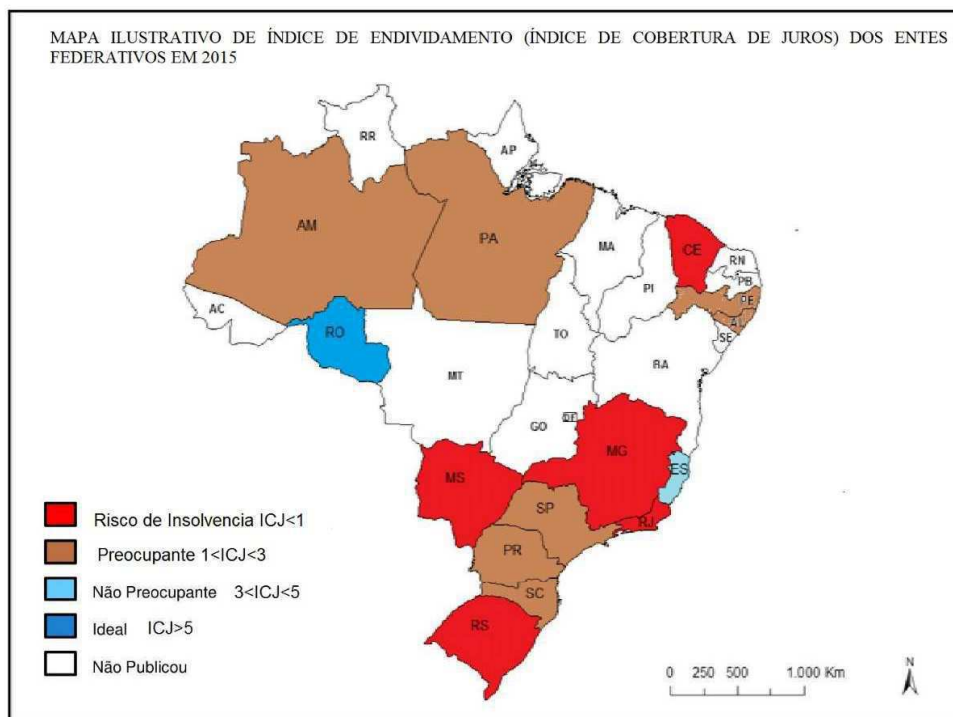
Estado	2012	2013	2014	2015
União	NÃO	NÃO	NÃO	0,26
Distrito Federal	NÃO	NÃO	NÃO	0,30
Espírito Santo	NÃO	NÃO	3,8	3,61
Rio de Janeiro	1,02	0,59	-0,06	0,74
São Paulo	NÃO	NÃO	1,24	1,09
Minas Gerais	NÃO	NÃO	NÃO	0,63
Paraná	NÃO	0,27	0,19	1,49
Rio Grande do Sul	NÃO	NÃO	-0,19	0,32
Santa Catarina	0,74	0,92	1,2	1,22
Alagoas	1,14	1,28	0,97	0,7
Ceará	NÃO	NÃO	1,69	1,07
Pernambuco	NÃO	NÃO	1,54	0,78
Mato Grosso do Sul	NÃO	NÃO	NÃO	0,67
Amazonas	NÃO	NÃO	0,88	1,25
Pará	3,45	2,13	3,45	2,47
Rondônia	NÃO	NÃO	3,73	5,53

Legenda: NÃO – Não publicou a DFC – SIM – Publicou a DFC

Fonte: Elaborado pela autora

Na Figura 4 estão destacados os estados e seus respectivos níveis de comprometimento dos fluxos de caixa operacionais com pagamentos de Juros amortização de empréstimos em 2015

Figura 4 - Mapa ilustrativo do índice de endividamento dos entes federativos 2015



Fonte: Elaborado pela autora

Obs.: A União não foi retratada no mapa e encontrasse em situação de Risco de Insolvência

REFERÊNCIAS

ACRE. **Balanco Geral**. Disponível em: < http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/busca_acre!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hvE7OAMG93QwMLN38LA0-jYGdnH_MQA28nA_2CbEdFAAg07YU!/?WCM_PORTLET=PC_7_K46PVKG108FO80I2SCCL7T0C04016868_WCM&WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/Portal+Governo+Acre/Portal+do+Governo+do+Acre/Governo+do+Estado/Gestao+Governamental/Transparencia+de+Gestao/Balanco+Geral/> Acesso em 5 out. 2016.

ALAGOAS. **Balanco Geral do Estado**. Disponível em: <<http://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/40-financas/gestao-financeira-orcamentaria/131-balanco-geral-do-estado>>. Acesso em 5 out. 2016.

ALEXANDRE SÁ, Carlos. **Fluxo de caixa**: a visão da tesouraria e da controladoria. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração de capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BAHIA. **Balanco Geral do Estado**. Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/anexos.htm>. Acesso em 6 out. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRAGA, Roberto.; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 14, n. 25, p. 6-23, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 out. 2009a. Seção 1, p. 15.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 maio 2000. Seção 1, p. 1.

_____. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Lei da Transparência. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que

estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 maio 2009b. Seção 1, p. 2.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Lei das Finanças Públicas. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Seção 1, p. 2745.

_____. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Edição extra, seção 1, p. 2.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei Geral de Acesso à Informação Pública – LAI. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Edição extra, seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Fazenda. Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 ago. 2008. Seção 1, p. 24.

_____. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Subsecretaria de Tributação e Contencioso. Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise. Carga tributária no Brasil: 2009. Análise por tributos e bases de incidência. Brasília, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2009.pdf>>. Acesso em: 1º mar. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**: aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 6. ed. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 5. ed. Brasília, 2012a.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria-Conjunta nº 2, de 6 de agosto de 2009. Aprova o Volume I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 ago. 2009c.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 467, de 6 de agosto 2009. Aprova os volumes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos e IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, da 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 ago. 2009d.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 751, de 16 de dezembro de 2009. Aprova o volume V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e republica o volume IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, da 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 dez. 2009e.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012. Altera a Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012, e a Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 dez. 2012b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Tradução Carolina Andrade. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CEARÁ. **Balanco Geral**. Disponível em: <http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/balanco_geral.asp>. Acesso em 6 out. 2016.

CERRILO I MARTINÉZ, Agustí. **La transparencia administrativa**: Unión Europea y medio ambiente. Valencia: Tirant Lo Blanch, 1998.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **LRF Fácil**: guia contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal para aplicação nos Municípios. 5. ed. Brasília, 2003.

_____. **Normas internacionais de contabilidade para o setor público**. [S.l.]: Federação Internacional de Contadores, 2010.

_____. **Portaria CFC nº 37, de março de 2004**. Brasília, 2004.

_____. **Resolução do CFC nº 1.103, de 28 de setembro de 2007**. Cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, e dá outras providências. Brasília, 2007a.

_____. **Resolução CFC nº 1.111, de 29 de novembro de 2007.** Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília, 2007b.

Bruni, A. L. (2011). **Estatística aplicada à gestão empresarial.** 3. ed. São Paulo: Atlas.

CHING, H.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade e finanças.** São Paulo: Prentice Hall, 2003.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DISTRITO FEDERAL. **Prestação de contas anual.** Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=949>. Acesso em 12. out. 2016.

ESPÍRITO SANTO. **Balancos Gerais.** Disponível em: <<http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/balancogeral.php>>. Acesso em 6 out. 2016.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** Brasília: Gestão Pública, 2013.

FEIJÓ, Paulo Henrique; BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. Portaria MF 184/2008: um marco para implantação do Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 173, p. 79-89, set./out. 2008.

GALERA, Andrés Navarro; BOLÍVAR, Manuel Pedro Rodríguez. The contribution of International Accounting Standards to implementing NPM in developing and developed countries. **Public Administration and Development**, v. 27, n. 5, p. 413-425, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. Trad. Jean J. Salim e João C. Douat. 10a ed. São Paulo: Harbra, 2007.

GOIÁS. **Balancos do Estado.** Disponível em: <<http://aplicacao.sefaz.go.gov.br/post/ver/142156/balanco-geral-do-estado>>. Acesso em 6 out. 2016.

HAIR JR., Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisas em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades.** São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IFAC. INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Handbook of International Public Sector Accounting pronouncements**. New York, 2008. v. 1.

_____. **Terms of reference**. c2016. Disponível em: <www.ifac.org/public-sector/about-ipsasb/terms-reference>. Acesso em: 1º out. 2016.

_____. The International Federation of Accountants' role. In: _____. **Handbook of international quality control, auditing, review, other assurance, and related services pronouncements**. New York, 2013.

KUTIANSKI, Sandi. **Processo de mudança de contabilidade aplicada ao setor público sob a ótica dos órgãos executores e fiscalizadores do Estado do Paraná**. 2015. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2009.

LOCK, Fernando do Nascimento; PIGATTO, José Alexandre Magrini. A dificuldade de alinhamento entre a contabilidade pública brasileira e o Government Finance Statistics – GFS. **Revista Eletrônica de Contabilidade**: Curso de Ciências Contábeis – UFSM, v. 2, n. 1, p. 161-181, 2005.

MACÊDO, João Marcelo Alves et al. Convergência contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCEs, contadores e gestores públicos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 8, p. 69-91, 2010.

MARANHÃO. **Balanco Sintético**. Disponível em: <<http://www.transparencia.ma.gov.br/transparencia/prestacao-de-contas/>>. Acesso em 7 out. 2016.

MARION, José. Carlos. Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência administrativa**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MATARAZZO, Dante. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATO GROSSO. **Balanco Geral**. Disponível em: <<https://www.sefaz.mt.gov.br/portal/Financeiro/ContGovernamental/BalancoGeral.php>>. Acesso em 7 out. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Balancos Anuais**. Disponível em: <<http://www.scge.ms.gov.br/?p=1002>> Acesso em 8 out. 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MENESES, Anelise Florencio; PETER, Maria da Glória Arrais. Evidenciação das demonstrações contábeis: estudo sob a óptica do processo de convergência das normas de contabilidade aplicadas ao setor público. **Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2012.

MILESKI, Helio Saul. Transparência do poder público e sua fiscalização. **Interesse Público**, São Paulo, v. 4, p. 24-36, 2002. Edição especial.

MINAS GERAIS. **Demonstrações contábeis**. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/relatorio_contabil/> Acesso em 16 out. 2016.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Gestão Pública, 2009.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. In: Lua Nova Revista de Cultura e Política, No. 44, São Paulo, 1998

PARÁ. **Balancos Gerais**. Disponível em: <<http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/receitas-despesas/contabilidade-geral/4593-balancos-gerais>>. Acesso em 16 out. 2016.

PARAÍBA. **Balanco Geral**. Disponível em: <<http://www.siaf.cge.pb.gov.br/CGE/jspServMenuPrincipal.jsp>>. Acesso em 16 out. 2016.

PARANÁ. **Balanco Geral**. Disponível em: <<http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/balanco.jsp>>. Acesso em 16 out. 2016.

PERNAMBUCO. **Balanco Contábil**. Disponível em: <<http://www2.transparencia.pe.gov.br/web/portal-da-transparencia/25>>. Acesso em 26 out. 2016.

PETRI, Nelson. **Análise de resultados no setor público**. 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

PIAUI. **Balanco Geral do Estado**. Disponível em: <<http://www.sefaz.pi.gov.br/index.php/transparencia/balanco-geral-do-estado>>. Acesso em 26 out. 2016.

RIBEIRO, Cíntia de Melo Albuquerque; BIZERRA, André Luiz Villagelim. Convergência contábil na administração pública federal: o caso das instituições

federais de ensino do estado do Rio de Janeiro. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro. v. 13. n. 52, p. 55-64, set./dez. 2011.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIO DE JANEIRO. **Relatórios contábeis**. Disponível em: <<http://www.sefaz.rj.gov.br/>>. Acesso em 10 nov. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Prestação de contas do Governador**. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_transp_PrestCt>. Acesso em 12 nov. 2016.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RORAIMA. **Prestação de Contas**. Disponível em: <http://www.transparencia.rr.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=126&Itemid=94>. Acesso em 16 nov. 2016.

SANTA CATARINA. **Balanco Geral do Estado**. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=111&Itemid=>>. Acesso em 17 nov. 2016.

SÃO PAULO. **Balancos Contábeis**. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/contas1/default.shtm#>>>. Acesso em 20 nov. 2016.

SERGIPE. **Contas anuais do Estado**. Disponível em: <<http://www.sefaz.se.gov.br/internet/index.jsp?url=financas/financasPublicas.html>>. Acesso em 20 nov. 2016.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TOCANTINS. **Balanco Geral**. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/balancogeral.php>>. Acesso em 22 nov. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.

UNIÃO. **Prestação de contas do Presidente da República**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica>>. Acesso em 25 nov. 2016.

XAVIER JÚNIOR, Antônio Erivando. **Percepção de operadores da contabilidade quanto a relevância das mudanças introduzidas pela adoção das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público**: um estudo em instituições vinculadas ao Ministério da Educação. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFRN, Natal, 2011.